

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

Rafael Campos Vieira

**A Construção da Agricultura Ecológica: Racionalidade da
Organização do Sistema Rede Ecovida no Litoral Norte do RS.**

**Porto Alegre
2008**

Rafael Campos Vieira

**A Construção da Agricultura Ecológica: Racionalidade da
Organização do Sistema Rede Ecovida no Litoral Norte do RS.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Professor Dr. Ivaldo Gehlen

**Série PGDR – Dissertação N° 92
Porto Alegre
2008**

Rafael Campos Vieira

**A Construção da Agricultura Ecológica: Racionalidade da
Organização do Sistema Rede Ecovida no Litoral Norte do RS.**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós Graduação em Desenvolvimento Rural
da Faculdade de Ciências Econômicas,
UFRGS, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento Rural.

Aprovada em Porto Alegre, em 04 de julho de 2008.

Prof^a Dr^a Vera Maria Favilla Miorin
Depto Geociências /UFSM

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS

Prof. Dr. Egon Roque Frohlich
Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS

Agradecimentos

Deus, o Grande Arquiteto do Universo, mesmo não entendendo os motivos pelos quais algumas coisas acontecem ou por que é permitido que aconteçam, tenho que agradecer pelas pessoas que estão junto de mim e que assim constituem minha família tanto biológica quanto a que eu escolhi.

Meus pais e irmãos(Dona Vanda, Seu Jesus, Antonio e Lilian), pelo bom ambiente que sempre esteve presente dentro de nossa casa durante os anos em que todos moramos juntos.

Comunidade Luterana Concórdia (Porto Alegre).

Professor Ivaldo Gehlen, por sua paciência e direcionamento nesta minha empreitada pelo universo da sociologia, sendo eu um geógrafo de formação, mostrou-me em muitas vezes que um orientador está muito além do trabalho meramente acadêmico.

Professores Egon Roque, Eduardo Filippi , Ivaldo Gehlen e Funcionária Administrativa Eliane Sanguiné pacientes e atentos no momento em que mais precisei de ajuda que não era somente intelectual, dezembro de 2006.

A todos os Professores e funcionários que integram a equipe do PGDR/UFRGS, o sucesso do curso é consequência da incomensurável competência de vocês.

CAPES por incentivar o potencial de quem acredita no desenvolvimento do conhecimento neste país, mesmo quando muitos duvidam.

Meus colegas de Turma, em especial Carlise, Carol, Dani G, Heitor e Rubens e Lúcia. Em momentos importantes vocês fizeram a diferença.

Agricultores e demais pessoas que cederam parte de seu precioso tempo para me atender nas entrevistas e conversas informais.

Moisés Lima e Carina Korb , grandes amigos que encontrei e reencontrei.

Circe Dietz, salvando cariocas do surto. Amigona!

Nêmora Meincke não é sempre que pessoas assim entram e ficam em nossas vidas.

Todos nestes dois anos de momentos de alegrias ou não, estiveram ao meu lado de uma forma ou de outra. Este trabalho é de vocês, vocês são os verdadeiros donos dele. A minha parte foi apenas assistir aulas, ler, fazer o campo, elaborar o projeto e redigir . Algo muito pequeno perto do que vocês fizeram por mim. Que o Grande Arquiteto do Universo abençoe o caminho de vocês e os retribua por tudo que me proporcionaram. E por me ensinar que o conhecimento é importante mas fundamental é buscar e desenvolver a **SABEDORIA!**

Resumo

O presente trabalho é um estudo acerca da racionalidade da organização da rede de trabalho envolvendo agricultores familiares adeptos da produção ecológica de alimentos. Aqui, privilegiou-se entender o que explica a organização deste sistema de trabalho. Assim, como objetivo geral tem-se a contribuição para os estudos relativos a Agricultura Familiar , a partir da análise da racionalidade da organização das instituições de agricultores que integram o referido sistema. Para alcance deste objetivo, definiu-se como objetivos específicos Identificar a atuação da organização do sistema no desenvolvimento do trabalho das instituições de agricultores. Apontar quais as influências do mercado na racionalidade dos agricultores que compõe o sistema. Uma das hipóteses formuladas previa que a organização do sistema atua no desenvolvimento do trabalho das entidades que compõem o sistema possibilitando o compartilhamento de técnicas mas não o compartilhamento de maquinários, tal hipótese se confirmou apenas em parte. Pois dentro do sistema tanto técnicas quanto maquinários são compartilhados. Formulou-se como segunda hipótese que o mercado influi na racionalidade dos produtores, impondo-lhes condições de qualidade dos produtos para comercialização, mas não a necessidade pela busca de produtos produzidos em regiões diferentes da área de origem dos agricultores. Quanto a esta hipótese, esta confirmou-se em parte, uma vez que além da busca pela qualidade nos produtos os consumidores buscam produtos que são produzidos em outras regiões, diferentes das regiões de onde os produtores são provenientes. Resgatando a idéia privilegiada de se entender o que mantém o funcionamento de tal sistema de trabalho, compreende-se que este é mantido por uma forte característica identitária e de mercado que conduz os agricultores integrantes deste sistema a se sentirem uma categoria diferente de agricultores, com suas próprias práticas de trabalho e de relacionar-se entre si e entre seus clientes, classificando-se assim como agricultores ecológicos, sendo este reconhecimento percebido tanto pelos seus consumidores quanto pelos próprios agricultores praticantes da agricultura ecológica.

Palavras Chave: Racionalidade. Organização. Sistemas.

Abstract

The present work is a study about the rationality of organization of a network involving family agriculturists that adopt an ecological production of food. In this context, a target is to figure out what explains the organization of system of work. Thus, as main goal, it has a contribution of studies related to familiar agriculture, from the analysis of rationality of organization of the institutions that integrates the referred system. For reaching this goal, it is defined as specific goals: identify the system action of organization in the agriculturist institution work development and pointing which are the market influences on the rationality of the agriculturists that compound the system. One formulated hypothesis understood that the organization of the system acts on the work development of the entity that constitute the system, sharing technology, but not machines. Such hypothesis was confirmed partially, because inside the system technology and machines are shared. It was formulated, as a second hypothesis, that the market has an influence on the rationality of the producer imposing conditions to products quality for commercialization, but not the necessity for searching for products produced in regions that are different from the original area of the agriculturists. The second hypothesis was also confirmed partially, once besides the pursuit quality of products, the consumers bring products that are produced in other regions, even different from the regions where the producers have the provenience. Thus, trying to figure out what maintains the functionalism of such work system, it understands that it is kept by a strong identity characteristic, conducting agriculturists engaged in this system feeling themselves in a different category of agriculturists, with their own practical works and relationship with their clients.

Keywords: Rationality. Organization. Systems.

RELAÇÃO DE FIGURAS

FIGURA1	Mapa de Localização da área de estudo	Página 40
FIGURA 2	Modelo das relações entre entidades de agricultores no interior do Sistema	77

LISTA DE QUADROS

QUADRO1	Resumo das informações investigadas no campo	Página 23
QUADRO2	Relação das entidades de agricultores presentes de estudo	39
QUADRO3	Divisão de Trabalho e Funções das entidades de agricultores	44

LISTA DE SIGLAS:

CPT- Comissão Pastoral da Terra

APECAN- Associação de Produtores Ecologistas de Dom Pedro de Alcântara

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento

IBAMA: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	AS NOÇÕES DE SISTEMA E DE RACIONALIDADE E ORGANIZAÇÃO.....	25
2.1	Sobre a história do conceito	25
2.2	A noção de sistemas: da formulação geral à idéia de sistemas sociais.....	31
2.3	O desenvolvimento do conceito de racionalidade.....	35
2.4	Sobre o conceito de organização.....	38
3	ENTIDADES AGROECOLÓGICAS DO LITORAL NORTE: relações estabelecidas no interior das entidades e destas com os outros integrantes do sistema.....	40
3.1	Formação do sistema no litoral norte.....	40
3.2	As entidades de agricultores: estruturas organizacionais e relações trabalho dos agricultores.....	44
3.3	Invadindo o sistema: atuação da organização do sistema Ecovida e sua relação com o trabalho dos agricultores.....	47
3.4	“É dia de Feira. Terça Feira, Quinta Feira não Importa a Feira”: a importância da feira na organização do sistema e no trabalho dos agricultores.....	50
4	AS ENTIDADES DE AGRICULTORES E A ADESÃO AO SISTEMA ECOVIDA: motivos para a adesão e razões para continuar.....	56
4.1	Motivos econômicos para a adesão.....	56
4.2	Motivos não econômicos para a adesão	61
5	RACIONALIDADE DAS ENTIDADES DE AGRICULTORES: as relações com o mercado e as estratégias de comercialização.....	62
5.1	A racionalidade das entidades.....	62
5.2	Racionalidade das relações entre as entidades no interior da Rede Ecovida.....	76

6	EM BUSCA DO ENTENDIMENTO DA REALIDADE: (RE)CONSTRUINDO UMA NOVA VERDADE.....	85
6.1	Da invasão à evasão do sistema: desorganizando para encontrar uma nova organização.....	85
6.2	Para além do comércio: a extrapolação da racionalidade de compra e venda na relação com o mercado.....	90
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS.....	96
	ANEXO.....	99
	APÊNDICE.....	104

1 INTRODUÇÃO

A transição do século XX para o XXI presenciou o debate acerca de questões relacionadas à problemática do limite da disponibilidade dos recursos naturais e também acerca da necessidade de buscar a satisfação na disponibilidade de alimentos, aliada à emergência pela busca na qualidade dos mesmos.

Nesse contexto, novas propostas de cultivo estão sendo utilizadas pelos agricultores que passam a fazer uso de práticas que associam técnicas envolvendo a utilização de compostos orgânicos, obtendo assim uma produção livre da ação de defensivos químicos. Esse conjunto de técnicas que banem o uso de produtos químicos sintéticos foi convencionalmente chamado de *agricultura orgânica*. Esse tipo de agricultura, segundo Bonilla (1992), engloba diversas modalidades como agricultura biodinâmica, agricultura biológica entre outros.

O debate acerca da adoção de práticas da agricultura ecológica possui diversos representantes na academia como, por exemplo, Altieri(2001). Esse autor, em seus trabalhos, traz à tona a discussão do que seja esta prática e outras variantes a ela relacionadas como é o caso do movimento agroecológico, o qual não se restringe somente às questões específicas das técnicas de produção, preocupando-se também com o consumo e a conservação dos recursos naturais.

O discurso do referido movimento, possui como um de seus principais pilares a afirmação de que a partir das práticas definidas pelo método da agricultura ecológica seja possível alcançar um nível de produção que promova um uso menos predatório dos recursos, sem comprometer a condição de existência do ser humano.

Posto isso, o estudo acerca do universo da agroecologia passou a motivar diversos pesquisadores. As pesquisas que resultaram do esforço dos estudiosos assumem um viés tanto econômico e técnico, quanto sociológico. Além dos vieses mencionados, muitas também são as instituições envolvidas nestas pesquisas, sejam elas universidades ou centros de pesquisa. Na Espanha, por exemplo, encontra-se um dos maiores centros de estudos sobre o assunto, na Universidade de Córdoba.

No que diz respeito a trabalhos com viés econômico, podem-se citar dissertações como a de Fonseca, CPDA/UFRRJ (2005). Na referida dissertação a

autora discute a construção do mercado de produtos orgânicos através das estratégias de comercialização de produtores de frutas no Estado do Rio de Janeiro.

Um outro exemplo de trabalho da mesma instituição que aborda a questão da agroecologia é o trabalho de Piana (1999). O autor procura direcionar suas reflexões para o entendimento das relações sociais e da construção de saberes entre agricultores praticantes deste modelo de agricultura.

Na UFRGS/PGDR têm-se as contribuições da dissertação de Alves (2004) que centra sua pesquisa no exemplo dos agricultores praticantes da proposta ecológica no município de Antônio Prado. O escopo do referido trabalho é entender a lógica de engajamento de agricultores na proposta ecológica. Deste modo, percebe-se a tendência acadêmica em entender as lógicas e processos que envolvem o debate acerca da produção ecológica de alimentos.

Finalmente, considera-se a Tese de Doutorado de Schultz (2006) realizada junto ao CEPAN/UFRGS. Nesse trabalho o autor estudou as principais influências das relações de mercado sobre o processo de construção e reconstrução das identidades sócio profissionais dos agricultores adeptos da prática ecológica de produção.

A presente dissertação, por sua vez, centra-se no estudo da racionalidade da organização de um sistema de trabalho envolvendo agricultores ecológicos. Objetivando entender o que mantém o sistema Ecovida a partir das relações das entidades constituídas por agricultores ecológicos – por eles chamados de grupos – com o mercado, com as relações entre os próprios membros das entidades e com as demais entidades similares e com as entidades de assessoria técnica.

Estas entidades formadas por agricultores vêm colaborando para a inserção dos mesmos no mercado, e, conseqüentemente, possibilitam que os agricultores consigam manter-se em suas atividades produtivas evitando assim a necessidade de abandono dos espaços rurais. Além disso, possibilita também, a preocupação com o estabelecimento de uma relação menos conflituosa entre a produção e a agressão ao meio ambiente.

A preocupação com a questão ambiental tem diversos enfoques dentro da proposta da agricultura ecológica. Uma delas está na necessidade da busca de alternativas ao uso de defensivos químicos nas lavouras. O uso de agrotóxicos gera riscos para a saúde, tanto daqueles que os utilizavam como daqueles que vão consumir os alimentos.

É neste contexto que surge a *Rede Ecovida*, um espaço de articulação entre agricultores familiares em suas entidades organizadas, entidades de assessoria, entidades de base e consumidores simpatizantes da produção, processamento, comercialização de alimentos ecológicos.

Dentre os vários objetivos aos quais a *Rede Ecovida* propõe-se, está o desenvolvimento e multiplicação de iniciativas ecológicas, tanto no que diz respeito ao debate entre técnicos, consumidores e agricultores quanto à produção em si. Além disso, a rede preza o incentivo ao trabalho associativo; a produção de um selo que se configure como uma marca de seus produtos, expressando assim o compromisso e a qualidade do produto.

Atualmente, integram a referida rede um total de vinte entidades de assessoria (responsáveis pela formação e apoio dos agricultores). Todas estão localizadas na região Sul do país: onze de Santa Catarina, cinco do Rio Grande do Sul e quatro do Paraná (dados obtidos no *web site*). Além destas, outras entidades também atuam neste sistema, tais como cooperativas de consumo e de comercialização.

Embora possua um alcance territorial extenso, o sistema possui um método de funcionamento descentralizado, que funciona da seguinte forma: cada uma das regiões destes estados que possuem entidades de agricultores funciona como uma célula, que, embora integrada ao todo possui autonomia para inserir novas entidades de agricultores e tomar decisões conforme as especificações da região ao qual a célula está inserida.

No que diz respeito ao seu modelo de funcionamento, o sistema em estudo é único no Brasil. Quanto a comparação em escala mundial também não foram encontrados registros de funcionamento de uma estrutura similar. Desta maneira, configura-se como um modelo singular de trabalho que possibilita ainda muitos estudos.

Assim, diante de um quadro em que tantos atores coletivos e indivíduos encontram-se direta ou indiretamente envolvidos, gerando diferentes tipos de relações, formula-se a seguinte questão: *O funcionamento do sistema “Ecovida” é mantido através de que racionalidades?*

Para a obtenção da resposta é necessário descobrir qual é a importância do modelo de organização do sistema para o desenvolvimento do trabalho dos

agricultores e de que maneira o mercado influencia na racionalidade dos agricultores.

Neste momento, a fim de delimitar este trabalho são necessárias algumas explicações. Quando se faz a apropriação da expressão “*O funcionamento do sistema Ecovida é mantido através de que racionalidades?*”, objetiva-se dizer o que sustem, o que conserva, uma vez que em dicionários como o de Luft (1999), manter significa resistir, sustentar, conservar.

No que diz respeito à racionalidade, objetiva-se entender de que maneira esta se manifesta nas relações entre os integrantes do sistema. Para fins de maior exatidão será pormenorizado o que foi pesquisado.

Diante desse cenário, serão explicitadas as informações a serem buscadas e que motivam esta pesquisa: motivações para a formação das entidades de agricultores; Quem apresentou a proposta da agricultura ecológica aos agricultores?; Com que tipo de entidades as entidades de agricultores se relacionam?; Quais as trocas entre as entidades de agricultores estudadas e as entidades as quais elas se relacionam?; Qual o significado destas relações?; Qual o conteúdo das relações intra grupos?; Quem disciplina estas relações e quem disciplina os funcionamento do próprio sistema.

As entidades estudadas ao longo da dissertação são:

- Associação Colonos ecologistas da Região de Torres núcleo rês Passos (ACERT TRÊS PASSOS);
- Associação de Colonos Ecologistas da Região de Torres núcleo Raposo (ACERT RAPOSO);
- Associação de Colonos Ecologistas da Região de Torres - Núcleo Mampituba (ACERT MAMPITUBA);
- Grupo Rio Bonito;
- Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul (APEMSUL);
- Associação dos Produtores Ecológicos de Dom Pedro de Alcantarara (APENCAM).

Essas entidades situam-se na região do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul, mais exatamente nos municípios de Torres, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Mampituba e Dom Pedro de Alcântara.

As entidades estudadas na presente dissertação foram escolhidas a partir do estabelecimento de alguns critérios. Estes são: tempo de existência da entidade de agricultores e a existência ou não de um estatuto que a direcione. Este último critério foi estabelecido para saber se o fato de não possuir um estatuto diferencia ou não o funcionamento e a estrutura organizacional da entidade. Por tratar-se de um estudo em que se centra nas relações que se estabelecem no sistema, um estudo a respeito dos municípios onde encontram-se as entidades tornar-se-ia irrelevante à pesquisa. Portanto, optou-se pela pesquisa das entidades de agricultores agroecológicos.

A escolha pelo número de entidades que foram estudadas fundamenta-se no seguinte argumento. Durante a pesquisa exploratória, notou-se que todas as entidades possuem como característica fundamental a composição por apenas agricultores que utilizam mão de obra familiar e todos os integrantes das entidades apenas cultivam produtos ecológicos, não sendo encontrado nenhum agricultor membro de entidade que trabalhasse de maneira diferente. Deste modo, notou-se que o estudo de todas as entidades pertencentes ao litoral norte que fazem parte da Rede Ecovida se tornaria repetitivo.

No momento da formulação do projeto de pesquisa a área ao qual seria desenvolvido o estudo empírico já tinha sido alvo de diversos estudos sobre este assunto. Naquele momento, houve a necessidade da decisão sobre a continuidade da opção pela mesma área e o inevitável risco de repetição ou a procura de um novo empírico que pudesse contribuir para a apresentação de informações novas. Deste modo, optou-se pela escolha da área do litoral Norte em função de que por geograficamente tal região fazer limites com o Estado de Santa Catarina a integração com agricultores de outro estado poderia ser um fator de definição para a escolha.

Quanto às hipóteses referentes a cada um destes objetivos e que forma o ponto de partida desta dissertação tem-se que:

- (a) A organização do sistema atua no desenvolvimento do trabalho das entidades que compõem o mesmo possibilitando o compartilhamento de técnicas exclusivamente.
- (b) O mercado influi na racionalidade dos produtores, impondo-lhes condições de qualidade dos produtos para comercialização, mas não impondo a necessidade pela

busca de produtos produzidos em regiões diferentes da área de origem dos agricultores.

Sobre a concepção dos objetivos, tem-se como Objetivo Geral a contribuição para os estudos relacionados à agricultura familiar, investigando o que mantém a sustentação do sistema “Ecovida”, a partir da análise de racionalidade da organização das entidades de agricultores que integram o referido sistema. Para o alcance do objetivo geral percebeu-se que especificamente era necessário; (a) Analisar a atuação da organização do sistema Rede Ecovida no desenvolvimento do trabalho das entidades de agricultores e; (b) Apontar as influências do mercado na racionalidade dos agricultores que compõe o sistema.

As justificativas para a elaboração desta dissertação perpassam por motivos de ordem acadêmica e pessoal, assim como a própria escolha do empírico. O primeiro motivo justificador da pesquisa deve-se a necessidade existente de estudos de desenvolvimento rural no que se referem às questões de agroecologia a partir de um viés sociológico.

Contribuição para a compreensão da transformação das formas de integração entre agricultores familiares, particularmente no trabalho de forma organizada, envolvendo uma série de atores tão distintos que, apesar da existência de uma distância relacional entre eles, conseguem atuar de forma próxima, constituindo assim um sistema aberto e dinâmico em que as relações entre os espaços urbano e rural se aproximam.

Além da aproximação destes espaços, também se manifesta a confluência da comercialização da produção e o consumo, colaborando para uma relação menos distante entre os atores envolvidos (agricultores e consumidores). Este estreitamento entre os atores possibilita a adoção de novas formas de relacionamento entre produtores rurais e consumidores que estão envolvidos em torno de uma proposta de produção e consumo, baseada em princípios da produção ecológica.

A segunda motivação diz respeito ao fato de que normalmente os produtores são estudados a partir de unidades familiares de produção ou então enquanto cooperativas. No caso do presente estudo os agricultores não se encontram organizados em nenhuma das formas citadas acima, mas sim através de entidades formais e, na maioria das vezes, sem nenhum instrumento que formalize esta união,

estando assim organizados enquanto entidades que não podem ser caracterizadas legalmente como cooperativas.

É importante salientar que as entidades de agricultores tratadas nesta dissertação não podem ser consideradas cooperativas. Isso se deve ao fato de que as cooperativas caracterizam-se por possuírem uma legislação específica e uma estrutura que necessariamente seja composta por assembleia geral ordinária. Além disso, outros elementos são fundamentais: a representação de cada integrante que se dá a partir de cota, constituição de um conselho administrativo, necessidade da existência de um presidente e a obrigatoriedade da elaboração de um estatuto que deve ser registrado em cartório.

As demais justificativas estão relacionadas a outras pesquisas já realizadas em nossa trajetória acadêmica. Durante a graduação, trabalhou-se com a proposta de entendimento das razões que explicavam a situação de exclusão de uma comunidade de agricultores produtores de leite em relação ao mercado municipal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Esta exclusão conduzia os agricultores ao abandono da agricultura como principal atividade econômica desempenhada pelas famílias e o conseqüente êxodo em direção à área urbana da cidade. As propriedades eram vendidas a pessoas que passaram a utilizá-las como residências de fim de semana.

Ao término daquele trabalho, percebeu-se que um dos fatores que explicava a situação de exclusão daqueles agricultores relacionava-se à resistência em realizar investimentos na agregação de valor a seus produtos. Além disso, o fato de não se utilizarem de estratégias associativas consistia em agravante para a situação. Ao invés de perceberem seus vizinhos como possíveis aliados, estes eram vistos muito mais como concorrentes.

Diante disso, tem-se que a primeira justificativa, de cunho pessoal, que conduziu à formulação desta dissertação é dar continuidade ao estudo envolvendo o espaço rural, mais exatamente no que se refere às formas de trabalho com agricultores familiares organizados entre si.

No caso desta dissertação, em específico, o foco está nas relações pessoais entre os agricultores no interior das entidades nas quais estão inseridos, assim como também com outras entidades que compõem o sistema e seus consumidores.

Finalmente, sobre os aspectos metodológicos, objetivando descrever qual foi a abordagem dada ao empírico, optou-se pela compreensão da realidade enquanto

um sistema. O argumento que explica tal opção é que o objeto de estudo envolve além das relações entre as entidades, também as relações destas entidades com os consumidores. Considerá-lo como uma rede seria conceitualmente ineficiente para a compreensão da realidade.

A dissertação, nome que se refere à sua caracterização, segundo os objetivos, define-se como uma pesquisa explicativa, ou seja, desenvolve-se com o objetivo de analisar, compreender e explicar o fenômeno alvo da observação, elucidando as questões que o envolvem (LAKATOS & MARCONI, 1991). A pesquisa trabalhou com dados qualitativos, utilizando-se de relatos dos entrevistados, observações, conversas informais.

Foram utilizadas técnicas de pesquisa diretas e indiretas. De acordo com Lakatos & Marconi (1991, p.174), as fontes indiretas devem ser entendidas como materiais que servem de *background* ao campo de interesse, assim como aos auxiliares para evitar-se duplicações ou trabalhos desnecessários e servindo então para recolher informações prévias. Desse modo, as autoras acima citadas acrescentam que as fontes indiretas podem apresentar-se tanto através de pesquisa documental (também chamada de fontes primárias) quanto de pesquisa bibliográfica (fontes secundárias) (LAKATOS & MARCONI, 1991).

No que concerne a pesquisa bibliográfica, buscaram-se materiais coletados em livros, artigos retirados da Internet, dissertações, teses de doutorado a fim de dar o suporte teórico à dissertação.

Também foram utilizadas pesquisas documentais, isto é, consultas a documentos que pudessem contribuir para o alcance dos objetivos traçados no trabalho como, por exemplo, regimentos, cartilhas de formação, estatuto das entidades, no caso das que o possuíssem, e que assim, contribuíssem para o enriquecimento da pesquisa.

Por outro lado, para execução de uma pesquisa, as autoras afirmam que também são utilizadas técnicas diretas de pesquisa, isto é, levantamento de dados no próprio local em que os fenômenos ocorrem, seja este local um laboratório ou o campo (LAKATOS & MARCONI, 1991, p.186).

Quanto às fontes de informação diretas, foram utilizadas as técnicas de pesquisa teórica que visam estudar a aplicação de uma teoria na realidade concreta. Afinal, conforme acrescentam as autoras, a fase de pesquisa de campo, requer em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão

que se estabeleça um modelo teórico de referência. Foram utilizadas as técnicas de pesquisa de campo (como observação empírica), entrevista nos locais em que os fatos relacionados ao fenômeno aconteciam.

Para a operacionalização desta etapa foi utilizado um instrumento de coleta de dados denominado roteiro de entrevista (disponível no apêndice da dissertação), cujo conteúdo tem caráter exclusivamente qualitativo. As entrevistas foram realizadas após a pesquisa exploratória de campo, etapa na qual foram definidas as entidades que seriam alvo da investigação. As questões do roteiro de entrevista tiveram como foco a busca de informações sobre a trajetória das entidades, a função que o entrevistado desempenhava dentro da mesma e suas observações sobre o fenômeno.

Foram entrevistadas sete lideranças, ou seja, uma de cada entidade definida. As entrevistas com as lideranças possibilitaram uma aproximação inicial com o funcionamento das entidades e também com a própria constituição delas. Isto por quê a partir das entrevistas foi possível observar o dia-a-dia das entidades e dos membros destas.

Além das lideranças, também foram entrevistados agricultores que fazem parte destas entidades. O objetivo dessas entrevistas com os agricultores foi o de evitar que o estudo ficasse distorcido caso fossem levados em consideração apenas a ótica das lideranças. O contato com os agricultores que não são liderança foi importante porque possibilitou perceber a impressão sobre o trabalho de quem não se encontra na posição de poder.

Foram entrevistados 14 agricultores, sendo que nove tiveram o áudio de suas entrevistas gravadas e os outros cinco pediram para que o áudio não fosse gravado e preferiram conversar informalmente sem identificar o segundo nome¹. A definição dos agricultores deu-se a partir de uma lista obtida através do endereço eletrônico da Rede Ecovida e conferida sua autenticidade confrontando-a com outra lista obtida junto ao controle de contribuições para a manutenção das entidades, disponibilizada pelas lideranças.

Também foram freqüentadas reuniões nas entidades de agricultores, estas contribuíram para a identificação daqueles agricultores que seriam entrevistados. O

¹ A presente pesquisa é tinha por objetivo compreender o funcionamento do sistema através de sua racionalidade. Diante disso, os dados trabalhados eram apenas qualitativos. Assim, priorizou-se a busca pela utilização de um roteiro de entrevista qualitativo, não havendo busca por informações quantitativas.

critério para a escolha destes foi que não poderiam nunca ter ocupado um cargo de liderança na entidade a que pertencem e nem estar nela desde a sua fundação.

Não houve nenhuma indicação por parte das lideranças de quem devesse ou não ser entrevistado. O fato de o entrevistado já ter ocupado um cargo de liderança nas entidades faria com que o discurso fosse assumisse um caráter tendencioso por ter vivido esta experiência. Quanto ao agricultor estar inserido, desde a fundação, na entidade, o observador compreende que isso faria que seu discurso também fosse influenciado por questões ideológicas.

No que diz respeito aos conceitos, foram eleitos para o desenvolvimento do trabalho: o conceito de sistema, organização e racionalidade.

Para fins de operacionalização destes conceitos, deve-se apontar que, para o conceito de sistema, de acordo com a definição escolhida, objetivou-se definir os tipos de relações que se estabelecem no interior do sistema entre os componentes dos mesmos.

Quanto ao conceito de organização, o objetivo é compreender de que forma o modelo, como está construído o sistema, influencia na forma de trabalhar dos agricultores, seja enquanto indivíduo seja enquanto entidade.

Finalmente, acerca do conceito de racionalidade, busca-se saber quais as estratégias que as entidades lançam mão para manter-se inseridas no sistema, especificamente tratando de suas relações com os consumidores e assim, dando continuidade à sua existência e também o conteúdo das relações entre as partes que compõem o sistema.

Sobre a operacionalização dos objetivos específicos, foram feitas visitas às comunidades dos agricultores nos municípios de Mampituba, Torres, Três Cachoeiras, Dom Pedro de Alcântara e Morrinhos do Sul. Nessas visitas foram observadas as reuniões internas dos agricultores, tanto no que diz respeito às reuniões de entidades com outras da região, como as reuniões específicas das entidades dos agricultores.

Atualmente existem treze entidades de agricultores ecológicos no Litoral Norte, pelo fato do modelo de organizar-se ser comum (organização em grupos de trabalho), uma vez que para entrar na rede é necessário trabalhar dentro de um padrão. O critério para definição das entidades foi o tempo de inserção na proposta da agricultura ecológica e a existência ou não de um estatuto.

Durante o período de campo, foram visitadas as feiras das quais os agricultores participam nos municípios de Torres e Porto Alegre. Nestes locais, foram feitas observações que tinham como objetivo compreender as dinâmicas entre entidades, forma de trabalho das entidades na feira e interações com os consumidores. O procedimento utilizado para o desenvolvimento do trabalho nas feiras foi o seguinte, permanecer no interior das bancas nas feiras observando o relacionamento estabelecido entre consumidores e agricultores.

Ainda destaca-se que, juntamente com o técnico do Centro Ecológico, Sr Christiano Meuter, visitara-se os agricultores para compreender como é feito o seu trabalho, como se estabelece a relação deste com o agricultor e quais os tipos de serviços que o técnico presta ao agricultor.

A coleta dos dados nas visitas do técnico foi feita por meio do roteiro de entrevistas (Anexo I), conversas informais com os agricultores, e através de observação. Tudo isso contribuiu para que se chegasse ao entendimento do que mantém este sistema, a partir dos relatos daqueles que o constituem.

Finalmente, quanto a estrutura, a dissertação está dividida em cinco partes, constituída desta introdução em que se tem a apresentação e a construção do objeto de pesquisa, objetivos, justificativa e metodologia. Além desta introdução a dissertação apresenta mais 4 capítulos, divididos como segue.

No primeiro capítulo refere-se à revisão bibliográfica e definição dos conceitos que foram eleitos para este trabalho, a saber, Sistema, Organização, Racionalidade.

No segundo capítulo será estudada a formação do sistema no litoral Norte, desde a adoção pela agricultura ecológica, as estruturas organizacionais das entidades de agricultores e sua relação com o trabalho dos agricultores, bem como a própria organização do sistema atua no trabalho desenvolvido pelos agricultores que pertencem a estas entidades.

O terceiro capítulo, a preocupação será a adesão das entidades ao sistema Ecovida dividindo as análises em duas linhas fundamentais motivos econômicos e não econômicos.

O capítulo quarto é dedicado ao entendimento da racionalidade das relações das entidades de agricultores com o mercado e as estratégias de comercialização que as entidades de agricultores ecológicos estudadas se utilizam.

Também se refere ao mesmo capítulo a compreensão das relações entre entidades de agricultores e entre estas e as entidades de assessoria, considerando as influências do mercado, para a manutenção do sistema.

No capítulo quinto serão resgatadas as hipóteses formuladas inicialmente no trabalho e analisadas se elas se confirmaram ou não, compreendendo o por que de sua não confirmação caso aconteça.

Finalmente são apresentadas as considerações finais, seguida das referências bibliográficas e o apêndice.

O quadro a seguir apresenta todo o processo de investigação desenvolvido durante o trabalho de campo da dissertação e os seus resultados que serão pormenorizados ao longo da dissertação.

Quadro 1 - Resumo das informações investigadas durante o trabalho de campo

	ACERT Raposo	ACERT Três Passos	ACERT Mampituba	Grupo Ecológico Rio Bonito	APENSUL	APELCAN
Razões da Adesão AE/Rede	Saúde e Melhoria em condições de vida e alternativa a crise de produção.	Produto diferenciado, problemas de produção, manter-se na agricultura.	Problemas de saúde, alternativa para manter-se na agricultura.	Fuga do atravessador, alternativa a crise do modelo convencional e manutenção na agricultura.	Possibilidade de manter-se na agricultura e crescimento do mercado.	Saúde, diminuição dos custos de produção e permanência na agricultura.
Estratégias de comercialização	Produtos <i>in natura</i> e beneficiados (frutas, legumes e flores).	Produtos <i>in natura</i> (banana, batata, gengibre, cará, olerícolas).	Produtos Beneficiados* e <i>in natura</i> .	Produtos <i>in natura</i> .	Produtos <i>in Natura</i> e Beneficiados.	Produtos <i>in natura</i> .
Relações com o Mercado	Feiras*, Cooperativas de consumidores e Programas Governamentais.	Feiras, Cooperativas de consumidores e Programas Governamentais.	Feiras, Cooperativas de consumidores.	Feiras, Cooperativas de consumidores e Programas Governamentais.	Feiras Cooperativas de consumidores.	Feiras e Programas Governamentais e Rodovias.
Relação inter entidades	Grupos afins e Centro Ecológico.	Grupos afins e Centro Ecológico.	Grupos afins e Centro Ecológico.	Grupos afins e Centro Ecológico.	Grupos afins e Centro Ecológico.	Grupos afins Centro Ecológico
Conteúdo das Relações Intra entidades	Produtos, técnicas assistência técnica.	Produtos, técnicas assistência técnica.	Divisão de custos, técnicas, produtos, assistência Técnica.	Beneficiamento de produtos e Assistência técnica.	Divisão de custos, produtos, Assistência técnica.	Produtos, técnicas assistência técnica

*O Beneficiamento é feito através de contatos com produtores integrantes da Rede, mas que provêm de outras regiões do RS.

Org: Vieira, Rafael, 2007.

2 AS NOÇÕES DE SISTEMA E DE RACIONALIDADE E ORGANIZAÇÃO

Neste capítulo é apresentada a noção de sistema que foi adotada neste estudo e a forma como o referido conceito é utilizado no caso das sociedades humanas. Inicialmente se discute a evolução de sistemas, bem como a própria Teoria Geral dentro da ciência a partir de seu histórico. Em um segundo momento buscar-se debater acerca da maneira como o funcionamento dos sistemas sociais é influenciado pelas características das sociedades nas quais estão inseridos.

2.1 Sobre a história do conceito

A maior utilização do conceito de sistemas e a popularização de pesquisas científicas a partir de seu uso remetem-se há muito antes da queda do cartesianismo. De acordo com Bertalanffy (1973), não obstante o fato de maior utilização da noção de sistema ser um fenômeno pós-cartesianismo, a idéia de sistemas já era trabalhada por alguns cientistas em diversos ramos do conhecimento. O autor destaca que:

Embora o termo “sistema” propriamente não tivesse sido empregado, a história deste conceito inclui muitos nomes ilustres. Sob a designação de “filosofia natural”, podemos fazê-lo remontar a Leibniz, a Nicolau de Cusa, com sua coincidência dos opostos, à medicina mística de Paracelso, à visão da história de Vico e Ibn - Kaldun, considerada como uma série de entidades ou sistemas culturais, à dialética de Marx e Hegel, para não citar mais do que alguns poucos nomes dentre uma rica panóplia de pensadores (1973, p.28).

Não obstante todas estas contribuições, elas não alcançaram uma maior satisfação no que concerne à evolução da noção de sistemas tal qual conhecemos hoje. Segundo Bertalanffy (1973) isso somente foi alcançado na segunda década do século XX.

Segundo o mesmo autor, de todas as contribuições relacionadas ao conceito de sistema, a mais importante foi a de Lotka (1925). Esse autor foi quem mais se aproximou de um conceito geral de sistemas contribuindo para a universalização desse conceito, pois não se restringiu somente à ciências, como à matemática e à física.

É necessário esclarecer que o enfoque mecanicista era a corrente que dominava os estudos naquela época. Tal corrente, embora muito usada em outras ciências, tornou-se insuficiente para atender aos problemas teóricos das ciências biossociais.

Nas reflexões de autores como Bertalanffy (1973), estas insuficiências podem ser explicadas pelo fato de a perspectiva teórica mecanicista tratar isoladamente do problema e dividi-lo em partes. O fato de a visão mecanicista não considerar o todo em suas análises, conduziu a busca por novas teorias que pudessem explicar os fenômenos estudados, o que conduziu ao desenvolvimento da chamada Teoria Geral dos Sistemas (TGS).

Soma-se a este argumento um outro, Bertalanffy (1973) se remete ao fato de as análises, dentro da perspectiva mecanicista, segue um comportamento linear o que não poderia ser observado em uma análise na qual a presença de interações era constante.

Percebe-se, então, que o desenvolvimento da TGS, contribuiu para a superação da visão mecanicista. Porém, segundo o mesmo autor, não obstante suas virtudes, o advento da TGS contribuiu para que a especialização da ciência levasse as disciplinas a se complexificar e dividir-se em inúmeras outras (BERTALANFFY,1973).

Segundo as reflexões de Bertalanffy (1973), a divisão e complexificação da ciência conduziram conseqüentemente físicos, biólogos, psicólogos e até mesmo cientistas sociais a estarem, por assim dizer, inseridos em uma mesma cápsula representada por seus universos privados e, com isso, dificultando a possibilidade de trânsito de alguns conceitos de um universo para outro.

Apesar disso, o mesmo autor reconhece que certas noções e princípios podem ser aplicados em áreas distintas do conhecimento, como, por exemplo, na biologia e na própria sociologia. Um exemplo destas noções seria a totalidade e a complexidade de um sistema.

Bertalanffy (1973) afirmou que a TGS mostrou que em universos complexos como é o caso de sistemas biológicos e no caso da própria sociedade, a compreensão de seu funcionamento está intimamente relacionado à organização, em outras palavras, a racionalidade que os unifica, sendo assim resultado da interação dinâmica das partes ou elementos.

No caso específico das ciências sociais, Bertalanffy (1973) destaca que o avanço da utilização de conceitos relacionados à noção de sistema foi motivado pela necessidade de se proporcionar o estabelecimento de leis em situações em que seria impossível a utilização de teorias que se fundamentassem em explicações lineares. O comportamento social ou individual não é previsível como são fenômenos físicos ou um cálculo matemático. Segundo o autor;

Não podemos reduzir os níveis sociais e até mesmo o do comportamento ao mais baixo, isto é, o das construções e leis da física. Podemos, contudo, encontrar construções e possivelmente leis nos níveis individuais. O mundo, conforme disse uma vez Aldous Huxley, é como um bolo de sorvete napolitano, onde os níveis-universo físico, biológico, moral e social- representam as camadas de chocolate, morango e baunilha. Não se pode reduzir morango a chocolate. (BERTALANFFY, 1973, p. 76).

Pode-se observar nestas palavras a crítica de Bertalanffy à idéia do reducionismo de todas as áreas de conhecimento a apenas uma, o que transformaria todas elas em reféns da Física. Em que pese tal crítica, o autor reconhece princípios e leis que são aplicados a sistemas gerais e a sub-classes dos sistemas, ou seja, aos subsistemas.

Ainda, no que se refere às considerações de Bertalanffy referentes aos sistemas sociais (1973), vale ressaltar que, embora o autor não tenha dedicado sua obra necessariamente a este tipo de sistema, o mesmo destaca que a natureza dos elementos sem componentes, os sistemas sociais, constitui um jogo de forças que atua sobre os sistemas.

É necessário esclarecer que pós Bertalanffy foram diversos os pensadores que desenvolveram reflexões acerca da noção de sistemas. Dentre eles podem-se citar autores como Maturana & Varela (1997), Morin (2005), Luhmann (1997), entre outros.

Maturana & Varela (1997) sugerem uma reflexão inicial sobre o que há de comum em todos os sistemas vivos que permite identificá-los como tal e, portanto, como distintos dos demais sistemas. Num sentido mais amplo seu questionamento consiste na tentativa de perceber características visando responder ao questionamento: O que é afinal de contas um ser vivo?

A formulação teórica dos referidos autores aponta para a necessidade de compreensão de que os seres vivos têm uma condição de entes separados,

autônomos, que existem como unidades independentes, que se auto-reproduzem e auto-renovam, e que assim, são portadores de uma autonomia enquanto sistema.

A dinâmica destes sistemas, para eles, independentemente de sua natureza, quer seja ela interna ou relacional, ou seja, operam como sistemas auto-referidos, e tudo o que lhes acontece tem lugar neles mesmos.

Assim, a existência de um ser vivo se processa em duas dimensões, quer sejam, no seu operar como totalidade em seu espaço de interações como a totalidade, quer sejam no seu operar de seus componentes em sua composição, sem fazer referência à totalidade que constituem, que é o espaço onde se constitui, de fato, o ser vivo como sistema vivente.

O estabelecimento da distinção entre o que identificou como sistemas auto-referidos, que consistem em sistemas nos quais seu operar somente faz sentido em relação a si mesmos, e sistemas alo-referidos, que caracterizam como sendo os que fazem sentido somente em relação a um produto ou algo distinto deles, tais como os elaborados pelos seres humanos.

Assim, remetem à noção de que os seres vivos passam a ser entendidos, portanto, como entes autônomos e auto-referidos, onde o primordial não são as propriedades dos componentes deste ser vivo tomado individualmente, mas os processos e as relações que se estabelecem entre os processos realizados através de seus componentes.

A idéia central destes autores (MATURANA & VARELLA, 1997) é a introdução da idéia de autopoiese como uma forma de organização sistêmica, em que os sistemas produzem e substituem seus próprios componentes numa contínua articulação com o meio, e não somente estabelecem, mas também mantêm uma fronteira que, simultaneamente, os separam e conectam com o meio ambiente, entendidos assim como sistemas fechados.

Os seres vivos são, a partir deste entendimento, proposto por Maturana & Varella, (1997), sistemas autopoieticos moleculares, cuja classificação pode ser estruturada em sistemas de três ordens gerais: as células compõem os de primeira e existem diretamente como sistemas autopoieticos moleculares; os organismos, constituídos assim como de segunda ordem, enquanto agregados moleculares; e finalmente os de terceira, que se incluem na família ou em um sistema social, enquanto agregado de organismos.

Assim, os seres vivos realizam-se enquanto sistemas autopoieticos moleculares distintos, cuja dinamica molecular da *autopoiese* ocorre como um fenomeno espontaneo em que os processos moleculares acontecem numa determinacao estrutural local sem nenhuma referencia a totalidade que constituem. Nesse sentido, a existencia dos seres vivos se da no ambito da dinamica corporal e na dinamica das relacoes com o meio com que se inter-relacionam mutuamente. MATURANA & VARELLA, (1997).

Os seres humanos sao uma exemplificacao de sistemas autopoieticos (auto-organizativos), na medida em que se reproduzem numa co-evolucao continua com o meio, assim as pessoas respondem as mudancas do ambiente e o ambiente responde a intervencao humana.

Na teoria geral dos sistemas e enfatizada muito mais a relacao entre as entidades do que as entidades isoladas (BERTALANFFY, 1973). O pensamento sistemico e o pensamento no processo; a forma torna-se associada ao processo, e os opostos sao unificados atraves da oscilacao. O autor salienta que os "reducionismos" sao importantes no entendimento de alguns casos, mas sao perigosos como explicacao completa. Dessa forma, o reducionismo e holismo sao enfoques complementares.

Atraves do enfoque cartesiano, o autor afirma que a interpretacao do mundo fica exemplificada por uma maquina como um relógio, por exemplo, em que a estrutura e determinante. Existe um numero definido de pecas e o funcionamento e dado por uma cadeia linear de causa-efeito. (BERTALANFFY, 1973).

Bertalanffy (1973) aponta que no enfoque sistemico o mundo e visto como um organismo vivo no qual sua estrutura organica determina o processo. Existe um grau de flexibilidade e plasticidade internas e esse organismo e guiado por modelos ciclicos e, muitas vezes, variaveis.

Desta forma, o autor propoe o principio da auto-regulacao nos organismos vivos onde a plasticidade e a flexibilidade internas sao controladas por relacoes dinamicas e geram propriedades caracteristicas como a "auto-renovacao". Esta refere-se a capacidade de renovar, reciclar e a "autotranscendencia", que e a capacidade de dirigir-se para alem das fronteiras fisicas do aprendizado.

Os organismos vivos dentro do processo de metabolismo possuem um estado de equilibrio nao estatico, de estar sempre 'em atividade', numa situacao de

equilíbrio dinâmico Bertalanffy (1973). Desta forma, homeostase é um equilíbrio dinâmico e transacional, em que existe contínua flexibilidade. Os organismos são capazes de três tipos de adaptações ao meio ambiente, sendo elas: A mudança ambiental que ocorre no processo de pequena variação ambiental; a mudança fisiológica que ocorre para restabelecer flexibilidade; e a mudança somática como sendo a mais profunda e duradoura.

O autor diz que a teoria sistêmica é centrada na dinâmica da auto-transcendência. Por exemplo, se no início um sistema estiver em homeostase (equilíbrio dinâmico), quando for perturbado, haverá a tendência da manutenção da estabilidade por mecanismo de realimentação, porém se a perturbação for forte, o sistema buscará um novo patamar de estabilidade, uma estrutura nova, outra homeostase será alcançada (BERTALANFFY, 1973).

O meio ambiente é em si um sistema vivo capaz de adaptação e evolução. Existe um foco na co-evolução entre organismo e meio ambiente. O reforço interno das flutuações e o modo como o sistema atinge o ponto crítico ocorrem aleatoriamente e sua decisão para onde ir é aleatória. Assim, a evolução não é linear, mas aberta e indeterminada. Após este debate sobre algumas tendências de pensamento a respeito da TGS, finalmente pode-se chegar a um conceito de sistemas apresentado por Bertalanffy e que foi o utilizado na execução deste trabalho.

A definição de sistema dado pelo autor é que:

Um sistema pode ser definido como um complexo de elementos em interação. A interação significa que os elementos P estão em relações R, de modo que o comportamento de um elemento P em R é diferente de seu comportamento em outra relação R'. (1973, p.84).

Deste modo, uma vez apresentada a base teórica de sistemas que será utilizada, no próximo tópico será aprofundado o estudo sobre a TGS de acordo com os estudos de Bertalanffy.

2.2 A noção de sistemas: da formulação geral à idéia de sistemas sociais

A noção de sistema está constantemente presente no universo científico. Fato que comprova esta afirmação é facilmente perceptível se observada atentamente a diversidade de áreas do conhecimento nas quais esse conceito é utilizado. Bertalanffy (1973) destaca isso:

Nas ciências matemáticas, a noção de sistema é concebida como o resultado de uma interação entre as diversas operações matemáticas que em função de suas interações conduzem a um determinado resultado numérico. Mas, além das ciências exatas, a idéia de sistema também se manifesta em ciências como a biologia, que compreende o sistema como o produto da ação e interação de unidades constituintes de um organismo (1973, p. 85).

Como se percebe a partir da leitura acima, tanto na Matemática quanto na Biologia a presença de um fator é de suma importância para a compreensão do que se entende por sistema, isto é, a idéia de interação.

Segundo Bertalanffy (1973), a idéia de interação que é resultante da noção de sistemas, conduziu a ciência a uma transformação que abandonaria, principalmente as ciências tecnológicas, a idéia de isolacionismo das partes, chamando a atenção dos pesquisadores para a necessária observação das ações que se exercem mutuamente entre os elementos constitutivos do mesmo, ou seja, os elementos constitutivos do sistema.

Segundo o mesmo autor, a noção de sistemas também se manifestou nas ciências do comportamento. Nestas, a utilização do conceito de sistemas contribuiu para a superação da teoria de que o comportamento humano estava condicionado e, deste modo, a idéia de sistema começa a adentrar-se ao universo das ciências humanas, ou seja, daquelas que não se ocupam de estudar os universos da biologia e da matemática (BERTALANFFY, 1973).

No que se refere às Ciências Sociais, a noção de sistemas também se fez presente. Como aponta Bertalanffy (1973), o uso do conceito de sistemas é justificado sobre o argumento de que os fenômenos sociais são os próprios

sistemas, ainda que sejam difíceis e mal estabelecidas as definições das entidades¹ sócio culturais.

Para se entender a argumentação de Bertalanffy (1973), deve-se considerar que embora às vezes não se consiga estabelecer, com exatidão, qual é a essência das entidades, essas são o reflexo de interações que existem no interior delas mesmas com o meio que a circundam.

A interação das entidades com o meio que as circundam, associados com as próprias interações que ocorrem no interior das entidades sócio culturais, são similares às interações que ocorrem no universo biológico.

Desta maneira, compreende-se a semelhança entre os dois tipos de sistema, compreendendo-se a possibilidade de uso deste conceito também na compreensão dos fenômenos sociais.

Para exemplificar de uma maneira mais prática a afirmação do autor, opta-se aqui pelo estabelecimento de uma analogia entre um organismo biológico e uma instituição social. Ambos os exemplos se constituem como sistemas, uma vez que apresentam interações no seu interior e com o seu entorno.

No caso dos organismos biológicos, no que se referem às interações, são as trocas de nutrientes e demais substâncias. Por outro lado, estas mesmas interações ocorrem no que concebe ao meio externo, por exemplo, na absorção de gás carbônico e liberação de oxigênio que colaboram para a manutenção e equilíbrio da mesma.

No que se refere aos sistemas sociais, a lógica segue a mesma perspectiva. As instituições sociais sejam elas famílias ou empresas são caracterizadas por uma série de interações internas e externas que, associadas, corroboram à manutenção do sistema social.

A partir destas considerações, Bertalanffy (1973) afirma que a utilização da noção de sistemas nas pesquisas sociais pode fornecer alicerces para o melhor entendimento do funcionamento da sociedade. Tal afirmação fundamenta-se no fato de que se os seres humanos são elementos do sistema e estes seres humanos criam entidades. Então, se entendermos que as entidades também são elementos do sistema social construídos pelos homens, ao conhecer o funcionamento delas,

¹ Aqui Entidade deve ser compreendido de acordo com o exposto no Dicionário Luft de Língua Portuguesa como “aquilo que tem existência, ser”.

podemos chegar à compreensão do comportamento de seus criadores e, conseqüentemente, ao da sociedade.

Apesar de todas as contribuições de Bertalanffy (1973), no desenvolvimento da noção de sistema é necessário salientar que estes sistemas já eram estudados anteriormente. A novidade trazida por esse autor foi a possibilidade de estudar os sistemas não mais como um aglomerado de partes que coexistem independente umas das outras, e sim como um conjunto de elementos que interagem entre si. Em outras palavras, pode-se dizer que ocorre interação entre os elementos que constituem internamente os sistemas e uma interação de sistemas com outros sistemas, tudo concomitantemente.

Esta interação entre os elementos constitutivos do sistema e as interações que ocorrem entre os sistemas remetem necessariamente a duas noções de grande importância no estudo de fenômenos, sejam sociais ou não. As idéias de complexidade de um sistema (relacionada as estruturas internas do mesmo) e a de totalidade (referente às relações do sistema com o meio externo).

Estas duas noções significam, de acordo com Bertalanffy (1973), que no que concerne a totalidade dos elementos, em que pese sua individualidade quando no caso da variação de um elemento, conseqüentemente os outros irão também se alterar. Assim, o sistema comporta-se como um todo e a variação de qualquer um dos elementos depende da variação dos outros.

Quanto à noção de complexidade, essa relaciona-se ao conceito de sistemas em um aspecto fundamental, isto é, a definição da amplitude do sistema. De acordo com Luhmann (1996), quando se fala em sistemas, "o mundo retirou-se para o inobservável". Deste modo a estrutura da sociedade moderna tornou-se um dificultador da possibilidade de se fazer afirmações sobre ela, como ocorriam nas sociedades anteriores.

Deste modo, Luhmann (1996) afirma que, para se estudar um sistema, é necessário que o observador, aquele que está desenvolvendo o estudo, coloque restrições de acordo com seus interesses, suas preferências, sua memória.

O esforço de Luhmann (1996) concentra-se no objetivo de transportar a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) para a Sociologia, justificando sua meta no argumento de que esta teoria, até então, foi pouco utilizada nesse ramo científico. Com efeito, o autor afirma que um dos fatores que justifica o pouco uso reside na necessidade de um esforço de abstração elevado que suplanta o simplório ato de

superar domínios de outras disciplinas valendo-se do uso de metáforas ou por comparação.

O próprio Luhmann (1996) afirma que isso pode ser difícil para o leitor, já que muitos não conseguem interpretar ou imaginar essas abstrações. Além disso, também defende que não se trata simplesmente de transpor domínios de outras disciplinas de forma metafórica ou por comparação.

Diante da explanação acima, no que diz respeito às considerações de Luhmann (1996) sobre a TGS e alertando sobre a complexidade de utilizá-la no contexto da Sociologia, tem-se a seguinte pergunta: por que utilizá-la nos estudos relacionados às Ciências Sociais, mais exatamente na sociologia?

De acordo com o autor, a resposta para tal contestação é o fato de que a Teoria Geral dos Sistemas é extremamente útil quando se necessita definir a diferença entre “sistema” e “ambiente” no mundo (LUHMANN, 1996). Sendo assim, é explicado que o ambiente contribui para a operação do interior do sistema, prejudicando-o ou irritando-o de maneira a transformar esses efeitos em informação que podem ser interpretadas. Essa situação só ocorre em acoplamentos estruturais específicos e depende do processo de diferenciação dos sistemas.

Portanto, a conclusão a que se chega é que a sociedade pode sim ter relação com a “teoria dos sistemas”, visto que a mesma possibilita uma multiplicidade de descrições do mundo e de si mesma, e, por isso, só pode descrever-se ela própria, de uma forma que leve todo esse estudo em consideração. O que inclui conceber a sociedade, ou observações da sociedade, como sistemas, já que o conceito de sistema suporta essa complexidade uma vez que o ambiente é composto por uma série de sistemas.

A observância destas duas noções - sistema e ambiente - contribui para confirmar-se a idéia de afastamento da visão de isolamento de fenômenos e, desta maneira, conferem à análise de fenômenos, quando encarados como um sistema, a possibilidade de se conseguir um entendimento mais completo do fenômeno observado, uma vez que os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos passam a ser alvo da análise.

Por fim, deve-se esclarecer que a noção de sistema enquadra-se dentro da realidade em estudo, uma vez que no espaço empírico coexistem diversos atores que interagem constantemente, e através destas interações tornam-se possíveis a transferência de mercadorias e informações, entre outros fluxos. Esses fluxos têm

seu conteúdo variado de acordo com os atores que estão interagindo, porém, em qualquer um dos casos de interação, estas são fundamentais para a manutenção do sistema.

No tópico a seguir, serão discutidos e apresentados os demais conceitos utilizados neste trabalho.

2.3 O desenvolvimento do conceito de racionalidade

As transformações ocorridas a partir do desenvolvimento da sociedade industrial conduziram a mudanças que se manifestaram em diversos campos do espaço social. A este conjunto de mudanças ocorridas a partir da fundamentação da sociedade industrial, chamamos modernidade. De acordo com um dos autores fundamentais da Sociologia, Max Weber (1864-1920), a modernidade é fruto de um processo muito maior, o qual já vinha manifestando-se desde o final do século XVII e que implicou à modernização da sociedade e à modernização da cultura.

O processo que conduziu ao fenômeno da modernização cultural e da sociedade foi definido por Weber como racionalização ou racionalidade. Para Weber (1987), a racionalidade seria a forma de atividade econômica do sistema capitalista o qual também possuiria, como característica, a dominação burocrática.

Ainda de acordo com Weber (1999), o processo de racionalização significava, acima de tudo, a ampliação das esferas sociais submetidas aos critérios da decisão racional, ou seja, a industrialização do trabalho social com a consequência de que os critérios da ação instrumental penetram também em outros universos da vida, tais como a urbanização das formas de sobrevivência, o domínio da técnica no âmbito da produção, do tráfego (exemplo circulação de mercadorias e pessoas) e da comunicação.

Percebe-se que a racionalidade à qual Weber se refere está relacionada a uma ação direcionada a fins, em que são considerados os meios e as escolhas para se chegar a um determinado objetivo (1987).

No que concerne à característica da ação, a racionalidade, para Weber, poderia referir-se tanto ao cálculo racional propositado dos fins, como a racionalidade das decisões, ou seja, preferências, constituindo assim, a chamada racionalidade instrumental ou racionalidade de valor a qual deve ser entendida como

a formulação de valores últimos governando a ação e a orientação consistentemente planejada dos detalhes até atingir estes valores.

Quando se remete ao estudo do capitalismo ocidental, Weber afirmava que a racionalidade deste sistema era essencialmente dependente da possibilidade de cálculo dos fatores técnicos mais importantes, deixando claro, então, a dependência deste sistema em relação à ciência e ao cálculo matemática.

Percebe-se que na ótica de Weber (2006), a racionalidade é revestida de todo um caráter utilitarista, seja no ponto de vista das empresas, seja no das pessoas, assim relacionada à possibilidade de obter valor.

Finalmente, sobre esta perspectiva, os atores, sejam individuais ou coletivos, são tratados como elementos movidos por ações conscientes, isto é, são vistos como se suas ações fossem adotadas no sentido de obter o máximo de eficácia, minimizando o custo. Percebe-se, então, que as razões que motivam os atores são reduzidas ao interesse econômico, ou seja, um lucro em dinheiro.

Por outro lado, outra proposta de conceito de racionalidade encontrada na bibliografia, mas que não será a norteadora deste trabalho, pauta-se na idéia de que a racionalidade não está restrita à característica utilitarista, isto é, uma racionalidade que se direciona no sentido do senso prático, a chamada razão comunicativa.

Deste modo, o conceito de racionalidade aqui apresentado é o desenvolvido por Habermas (2002). Por racionalidade entende-se, antes de tudo, a disposição dos sujeitos capazes de falar e de agir para aplicar um saber falível.

Como principal característica diferenciadora da racionalidade, Habermas (2002) destaca:

Enquanto os conceitos básicos da filosofia da consciência obrigarem a compreender o saber como um saber sobre algo do mundo objetivo, a racionalidade é medida pela maneira como o sujeito solitário se orienta pelos conteúdos de suas representações e seus enunciados. A razão centrada no indivíduo encontra sua medida nos critérios de verdade e êxito que regulam as relações do sujeito que conhece e age segundo fins com o mundo de objetos e estado de coisas possíveis (2002, p. 437).

Por outro lado, Habermas (2002) apresenta a sua contestação sobre a racionalidade instrumental, racionalidade instrumental que tem sua fundamentação baseada em Weber. Habermas acredita em uma racionalidade não objetiva, ou seja, uma racionalidade em que comungam elementos objetivos assim como subjetivos

que colaboram para a sua manutenção, chamada por ele de racionalidade comunicativa, conforme sugere o autor.

Em contrapartida, assim que concebemos o saber como algo mediado pela comunicação, a racionalidade encontra sua medida na capacidade dos participantes da interação orientarem-se pelas pretensões de validade que estão assentadas em conhecimentos intersubjetivos (Habermas, 2002, p. 437).

Para Habermas (2002) o referido conceito ao conseguir unir a dimensão prático-moral assim como a estético-expressiva, torna-se mais rico do que a concepção de racionalidade com respeito a fins, moldada para a dimensão cognitiva instrumental.

Nesta proposta de racionalidade as explicações para a ação do indivíduo não se explicam somente em função do nível macro, isto é, as ações não são explicadas somente a partir das estruturas, mas também em função do resultado de características de cada um dos grupos que interagem.

Finalmente, é a ação destas características individuais, associada com as motivações de caráter práticas do indivíduo, uma vez que, conforme vimos em Habermas (2002), elas não se excluem, que podem contribuir para a manutenção de um sistema por ambos estabelecerem relações com a organização do mesmo, isto é a organização do sistema.

Porém, para fins de tomadas de posicionamento no desenvolvimento desta dissertação, deve-se esclarecer que a perspectiva adotada aqui é a definição de racionalidade segundo Weber (2006). A justificativa para a escolha da definição deste autor fundamenta-se em que as ações dos atores que constituem o sistema que foi estudado são baseadas com o objetivo de manter a existência da unidade complexa (o sistema) e, desta forma, a única maneira de dar continuidade a ele é agir de forma que suas ações os conduzam a ganhos, podendo estes ser tanto o lucro financeiro como a própria continuidade do sistema de trabalho.

A seguir se apresenta e debate o conceito de organização que norteou a elaboração do trabalho.

2.4 Sobre o conceito de organização

O conceito de organização se faz presente em uma série de áreas do conhecimento. Para se ter um exemplo, em Administração, organização pode ser compreendida como a soma de esforços individuais para o alcance de um objetivo comum (MAXIMINIANO, 1992). Para esse autor, os esforços são comungados no sentido de buscar e alcançar objetivos que seriam intangíveis para apenas um indivíduo. Ainda, para o mesmo autor, a organização é formada pela soma de pessoas, máquinas, recursos financeiros e outros elementos.

Esse, por exemplo, é o caso do conceito de organização para a ciência administrativa Maximiniano (2000). Contudo, o mesmo conceito, isto é, o conceito de organização também é desenvolvido em outras ciências e assume contornos diferenciados conforme a área de conhecimento que se encontram envolvidos.

Dentre os pensadores consultados na bibliografia que direcionaram suas reflexões para o conceito de organização, têm-se Morin (2005), Maturana & Varela (1975) e Maturana (1997). Todos esses autores consideram a organização como um conceito sistêmico.

Na opinião de Morin (2005), a organização deve ser considerada como o encadeamento de relações entre componentes (ou indivíduos) que tem a capacidade de produzir uma unidade complexa. Essa unidade complexa é equivalente a noção de sistema.

Ainda, para Morin, na mesma obra acima citada, a organização liga os elementos ou indivíduos diversos de forma inter relacional. Assim, a organização pelo fato de assegurar solidariedade e solidez conduz o sistema a uma situação de duração (continuidade), em que pese às perturbações aleatórias. Deste modo, o autor afirma que a organização transforma, produz, religa ou mantém o sistema.

Outro autor que direciona suas reflexões para a idéia de organização é Maturana (1997). Ele inicia sua explanação afirmando que a origem da palavra organização procede do grego "*organon*", significando "instrumentos" e refere-se à participação instrumental dos componentes na constituição de uma unidade composta. No caso, um sistema.

Maturana (1997) considera que a organização refere-se às relações entre os componentes que definem e especificam um sistema como uma unidade composta

por uma classe particular e determinam suas propriedades enquanto tal unidade. Nesse sentido, para o autor, a organização de uma unidade composta é específica à classe a qual ela pertence, ou seja, a classe que compõe o sistema será decisiva para entender-se a maneira como se processa sua organização.

Maturana & Varela (1975) tratam também acerca do conceito de organização. Segundo os mesmos, a organização trata daquelas relações que têm de existir ou têm de ocorrer para que esse algo seja algo. Isto é, se estamos falando de um sistema, a organização diz respeito àquelas relações que existem dentro do mesmo e que fazem com que ele seja o que é.

Porém, Maturana & Varela, na mesma obra, chamam a atenção para o fato de que, embora seja simples apontar uma determinada organização, a descrição das relações que constituem tal organização se torna um exercício de maior dificuldade, pois mais importante que a constatação das relações é entender o conteúdo do processo, ou seja, a sua racionalidade. O presente trabalho utilizará este conceito de organização.

3 ENTIDADES AGROECOLÓGICAS DO LITORAL NORTE: relações estabelecidas no interior das entidades e destas com os outros integrantes do sistema

O presente capítulo faz a aproximação da introdução do modelo de produção ecológica no litoral Norte. Em seguida, analisa-se as entidades de agricultores a partir de suas estruturas organizacionais e relações com o trabalho dos agricultores. Num terceiro momento, se prioriza o entendimento da atuação da organização do sistema Ecovida e sua relação com o trabalho dos agricultores. Finalmente, na última seção do capítulo, é tratada da importância da feira na organização do sistema e no trabalho dos agricultores. Conforme pode ser melhor observado no quadro sinótico abaixo.

3.1 Da construção ao desenvolvimento do modelo de produção ecológica no Litoral Norte

A construção da integração das entidades de agricultores ao sistema Ecovida no Litoral Norte remete ao ano de 2000. Porém, para compreender o processo, é necessário um retorno temporal ao ano de 1991, período no qual a prática da agricultura ecológica passou a figurar no universo diário de um grupo de agricultores. O referido grupo é considerado pioneiro desta prática e posteriormente veio a integrar a entidade pioneira do Litoral Norte.

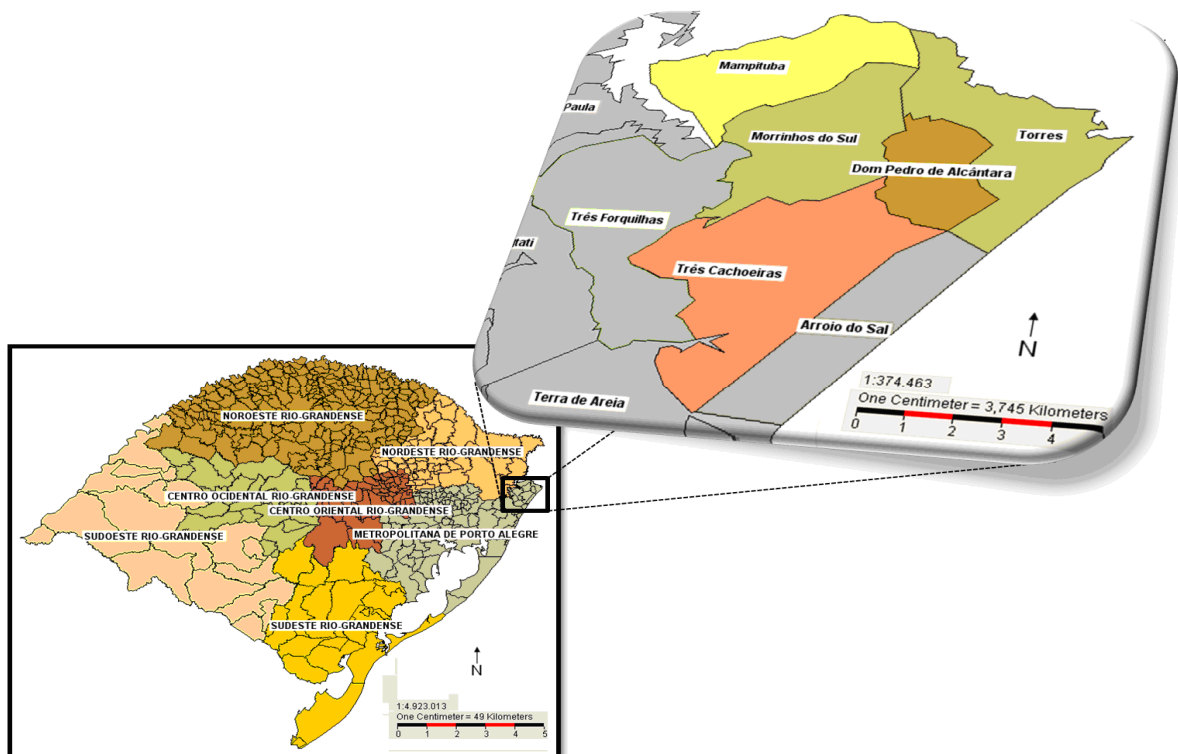
Quadro 2 – Relação das entidades estudadas que compõem a Rede Ecovida

Instituição	Município	Fundação	O que Produz
Acert (3 núcleos)	Três cachoeiras	1991	Frutas, produtos de origem animal
	Mampituba	1995	
	Morrinhos do Sul	1992	
Apensul	Morrinhos do Sul	1997	Frutas, olerícolas, grãos, processados Frutas grãos e processados
Rio Bonito	Morrinhos do Sul	2000	
Apelcan	D. Pedro de Alcântara	2001	Frutas e olerícolas

Fonte: do Autor.

A seguir, será apresentado o mapa da área de estudo.

Figura 1. Mapa da área selecionada para realização do presente estudo.



Fonte: IBGE

A prática do modelo de produção ecológica no interior do sistema no litoral norte iniciou-se a partir de 1991, tendo como pioneira a Associação de Colonos Ecologistas da Região de Torres (ACERT)¹. A proposta de produção ecológica e formação das entidades tiveram início a partir de uma ação da Pastoral da Juventude e Pastoral da Terra (ambas instituições de base pertencentes à Igreja Católica).

Foi a partir desta ação, então liderada pelo Padre Skill (hoje falecido), que os agricultores receberam a sugestão de adotarem esta prática de cultivo. Conforme as palavras de uma das lideranças:

¹ Informações obtidas em entrevista com representantes da ACERT.

As associações de agricultores ecologistas são o resultado da ação da Pastoral da Terra e da Juventude. Foram eles que nos deram inicialmente toda a formação teórica que não estava ligada à agricultura. Já na parte mais prática, que se relaciona com o trabalho na roça nós tivemos ajuda do pessoal de Antonia Prado e Ipê, para poder formar os grupos que eram uma exigência (R. B. abril 2007).

A formação teórica trabalhada pela entidade de base pertencente à Igreja Católica, segundo o entrevistado, diz respeito à instrução política e repasse de informações sobre riscos e prejuízos do uso de agrotóxicos na lavoura. Normalmente, na fase da inserção, os agricultores assistem a palestras nas quais são apresentadas fotos sobre o poder destrutivo dos agrotóxicos e efeitos da atuação deste na terra e ao próprio agricultor.

Segundo relato de um dos agricultores, membro das entidades visitadas que compõem o núcleo da rede no Litoral Norte, todo o processo de mudança da base técnica de produção foi dirigido pelos funcionários do Centro Ecológico dos municípios de Ipê e Antonio Prado.

Questionado sobre a presença de entidades de assessoria estatal neste processo, o depoimento reproduzido abaixo elucida melhor essa questão:

Ao contrário, quando nós começamos aqui, tanto o sindicato quanto a empresa de extensão não viam com bons olhos a iniciativa ecológica, eles sempre costumavam dizer, vamos fazer, vamos fazer, mas nunca saia nada (R. B.abril de 2007).

Porém, a mudança de postura por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Cachoeiras e da Emater foi alterada a partir de 1999 com a mudança da administração estadual. Isso é destacado no seguinte depoimento:

(...) essa situação de distância entre o sindicato e a EMATER em relação a nós só mudou mesmo a partir de 1999 quando tivemos a administração estadual "Governo Popular", neste aí, sim, houve apoio aos cursos de formação em todo estado e aí falamos a mesma língua..." (R. B. abril 2007).

Com o final do mandato da referida administração foi cessado o apoio governamental à produção ecológica. As gestões estaduais seguintes não tiveram entre suas prioridades de governo o incentivo a esse tipo específico de produção

agrícola. Todavia, esse fato não comprometeu o funcionamento da organização como um todo, como aponta um dos agricultores:

(...) ajuda do governo é sempre boa para nos apoiar, mas hoje está bom. A gente já tinha uma caminhada de muito tempo e isso ajudou. Hoje em dia a gente anda com as próprias pernas..." (I. B. abril 2007).

Existia certa resistência por parte dos agricultores para a realização da mudança de base técnica de produção. Isso aconteceu tanto no momento em que a única entidade apoiadora era a CPT, como também na fase em que o governo estadual realizava ações de apoio. Os principais motivos da resistência foram: (a) a desconfiança dos agricultores em relação ao sucesso no uso da nova técnica e, principalmente, (b) a dificuldade em aceitar a adoção da prática do trabalho em grupo e não na forma individual, como vinha sendo feito até então.

Esse receio pode ser percebido, por exemplo, no caso relatado por uma agricultora ecológica integrante de uma das entidades. Segundo ela, a entrada de sua família não se deu na fase inicial da implantação do novo modelo. Entre conhecer o significado da proposta e inserir-se nela, demorou seis meses. Isso aconteceu em função do responsável pela propriedade, na época seu pai, não estar convencido sobre o sucesso da iniciativa e possuir aversão pelo formato de trabalho em grupo.

Tal aversão apontada pela entrevistada era consequência de uma experiência mal sucedida da família, na qual havia participado de uma cooperativa no município de Três Cachoeiras (Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Nordeste Gaúcho, atualmente extinta). Nessa entidade a família comercializava bananas, produto que era base do funcionamento da extinta instituição. A experiência mal sucedida contribuiu para que alguns agricultores viessem a relutar em participar da proposta inicialmente. Superado este obstáculo a informante afirma que seu pai integrou-se e então a família passou a participar deste sistema.

A superação deste obstáculo aconteceu na medida em que os agricultores que adotaram a produção ecológica iam comentando com os não praticantes sobre os resultados obtidos, sobretudo nas vendas. Percebe-se aqui a importância das relações pessoais entre os agricultores como fator de difusão desta inovação. Diante

do depoimento de seus iguais, os agricultores que estavam fora deste modelo de produção iam buscando informações e constituindo novos grupos.

Nas entidades de agricultores estudadas – ACERT, APENSUL, APECAM e Rio Bonito – identificou-se um motivo principal para a adoção da prática de cultivo ecológica: a busca “por uma vida mais digna”. Para os agricultores isso é entendido como a possibilidade de sustentar suas famílias, preservar sua saúde e manter-se na agricultura.

Uma vez entendidos os percursos seguidos pelas entidades para a inserção dentro da proposta ecológica de agricultura, direcionamos nossa próxima sessão à exploração do funcionamento destas entidades.

3.2 As entidades de agricultores: estruturas organizacionais e relações com o trabalho dos agricultores

No tópico anterior tratou-se do processo de formação das entidades de agricultores que compõem a Rede no Litoral Norte. Neste tópico, trata-se das características organizativas das mesmas que compõem a Rede Ecovida, assim como do funcionamento do sistema no funcionamento das entidades.

No que tange às características das entidades que compõem o sistema Rede Ecovida no Litoral Norte, tem-se como principal delas o fato de que a divisão do trabalho como fator comum. Este aspecto das entidades, conforme os depoimentos, é um modelo exigido de todas as entidades de agricultores que integram a Rede. Essa constitui-se numa das exigências para integrar o sistema.

A divisão do trabalho no interior das entidades assume duas características básicas. A primeira concerne ao gerenciamento e execução de tarefas relacionadas ao processo executivo das instituições de agricultores e que se divide basicamente em três departamentos fundamentais (Quadro 3), a seguir:

Quadro 3 – Divisão de trabalho e funções das entidades de agricultores

Função	Descrição das atividades
Coordenação	Possui como principal finalidade dentro do funcionamento do Sistema ser a representante dos agricultores, enquanto membros da instituição, junto a outros grupos ou entidade de assessoria (Centro Ecológico). Também fica a seu cargo a representação dos membros da entidade em eventos como palestras e ou reuniões que a entidade possa ser convidada.
Secretarias	Contornos mais funcionais para o desempenho das atividades internas da instituição. Responsabiliza-se pelo recebimento de queixas e dificuldades dos membros da entidade.
Tesouraria	Realiza o controle sobre o gerenciamento dos recursos provenientes das contribuições dos agricultores para a manutenção das entidades.
Conselhos de ética	Controla e julga os atos praticados pelos integrantes das entidades

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

Org: VIEIRA, R. C.

Como se pode observar a partir do quadro que resume a estrutura organizacional das entidades de agricultores analisadas, todas assumem características racionais burocráticas. Entretanto, o caso em que tal característica encontra-se mais evidente é o da ACERT. Nessa entidade todo funcionamento encontra-se regido por meio de um estatuto que normatiza as atividades dentro da entidade.

Nas demais entidades analisadas tal instrumento burocrático encontra-se em processo de elaboração ou foi abolido através da decisão por consenso dos integrantes. Nesse último caso, as atividades são conduzidas através do estabelecimento de um acordo formal. Destaca-se, entretanto, que a estrutura organizativa continua fazendo-se presente do mesmo modo que naqueles grupos que contam com estatuto.

Embora não exista a presença de um estatuto nas outras três entidades analisadas, as mesmas mantêm um caráter de regulação formal, isto é, apresentam a estrutura evidenciada no Quadro 3. Essa regulação é que hierarquiza as relações

entre o agricultor e a entidade à qual ele pertence, colaborando assim para a manutenção de uma formalização de relações.

Dentre todos os departamentos existentes nas entidades, o Conselho de Ética pode ser apontado como o principal elo entre as entidades e a dinâmica do sistema. Tal fato deve-se à função assumida pelo Conselho de Ética: está entre suas responsabilidades a certificação das propriedades e, conseqüentemente, dos produtos.

Deve-se esclarecer aqui que o Conselho de Ética não pode fornecer o laudo de certificação de produção ecológica à entidade a qual está vinculado. O laudo é emitido pelo Conselho de Ética de uma outra entidade do núcleo ou pelo conselho de ética da própria Rede que é constituído pela reunião dos membros dos Conselhos de Ética das entidades.

Dessa maneira, o Conselho de Ética adquire um poder que tem alcance tanto coercitivo quanto punitivo. A atuação do mesmo dá-se através da penalização dos membros das entidades que não venham atender as exigências para a participação no sistema. Isso diz respeito a casos como, por exemplo, uso de técnicas não condizentes à agricultura ecológica, falta de zelo na apresentação dos produtos na feira e demais desavenças resultantes do próprio convívio em grupo.

No que concerne à racionalidade das relações que se estabelecem entre o Conselho de Ética e as entidades de agricultores, assim como entre aquela e os próprios agricultores, tem-se que a mesma assume contornos de uma relação de dominação.

Em ambos os casos, tomando-se por base os relatos dos agricultores e as observações realizadas em campo, têm-se que essa dominação é estabelecida com características ligadas ao que Weber (2006) considerava como Dominação Legítima. Isto é, uma forma de dominação que se legitima em função da manutenção da estrutura em que os dominados, no caso os agricultores, compreendem-na como fator importante para a preservação do funcionamento do sistema, uma vez que dentro do Estatuto da Rede as ações do Conselho de Ética são respaldadas.

As funções do Conselho de Ética estão relacionadas ao funcionamento do sistema e é por este motivo que o mesmo assume significativa importância na sua manutenção dos Grupos e da própria Rede Ecovida. Quando das visitas dos integrantes do Conselho às propriedades, também são sugeridas soluções para

problemas que os agricultores enfrentam na produção. Por isso, atua também como um veículo para o fluxo de idéias.

A obediência às regras determinadas pelo Estatuto ou aos acordos firmados entre os integrantes das entidades onde o documento está sendo elaborado, indica que no caso das relações estabelecidas entre o agricultor e a entidade ao qual este se encontra integrado, configura a manifestação de uma característica fundamental para a manutenção das entidades capitalistas: a burocratização.

Conforme afirma Weber (2006), juntamente com o domínio da técnica de produção as entidades necessitam de um sistema legal calculável e de uma administração baseada em regras formalizadas. As regras são fundamentais para que as entidades consigam manter-se e assim neutralizar qualquer relação de pessoalidade em seu funcionamento. Em outras palavras, a burocratização visa evitar privilégios pessoais uniformizando as relações.

No que diz respeito ao funcionamento interno das entidades de agricultores, as relações entre os participantes das entidades possuem como gênese uma relação de vizinhança. Porém, quando esta convivência relaciona-se ao trabalho no interior das entidades ou entre entidades dentro da Rede, as relações passam a ser comandadas pela força do estatuto, obviamente, no caso onde o mesmo já foi escrito.

Por outro lado, nas entidades em que o mesmo não existe as relações entre os componentes da entidade são regidas por meio das regras estipuladas nos acordos formais.

3.3 Invasão do sistema: atuação da organização do sistema Ecovida e sua relação com o trabalho dos agricultores

As motivações que conduzem os agricultores a buscarem a inserção na rede, de acordo com os relatos, estão ligadas ao fato dos mesmos perceberem isso como uma estratégia de garantir uma maior capacidade de viabilização da venda de seus produtos. Esta viabilização pode ser observada a partir de dois eixos fundamentais:

- (a) Expansão da capacidade de atuação no mercado.
- (b) Garantia de qualidade do seu produto, seja em função do acompanhamento técnico, seja em função do respaldo da certificação da qualidade do produto como agroecológico.

No que diz respeito ao acompanhamento técnico, destaca-se que este possui importância para os entrevistados. Isso acontece em função de que é através dos técnicos que chegam até os agricultores as sugestões para a solução dos problemas relacionados ao cotidiano do trabalho.

Acerca da importância do técnico, tem-se que as observações de campo vão ao encontro do que afirma Luther (2005). Segundo a autora, as técnicas utilizadas pelo agricultor ecológico para produzir de maneira adequada com os parâmetros da Rede Ecovida surgem a partir de dicas, sendo o técnico o responsável por inovações, novidades assim como soluções para problemas.

Assim, da parte do agricultor para com o técnico estabelece-se uma relação de confiança uma vez que o agricultor, em caso de algum problema, entra em contato com o técnico.

Durante o trabalho de campo, percebeu-se que as soluções também são propostas em espaços de interação entre técnicos e agricultores. Estas soluções referem-se, necessariamente, aos procedimentos de plantio, manejo da lavoura, auxílio em caso da opção do agricultor em cultivar uma nova cultura em sua propriedade e, principalmente, a formação inicial e os cursos de aperfeiçoamento técnico.

Estes espaços de vivência entre agricultores são importantes no sentido de que possibilitam um momento de inteiração entre os agricultores e seus companheiros de outras entidades, nos quais também se estabelecem trocas de técnicas e demais conhecimentos. Muitas vezes, estes conhecimentos são trocados sem a necessidade de se passar pelo técnico, otimizando assim o fluxo de informações dentro do sistema e fortalecendo os laços entre os agricultores de diferentes entidades que integram a rede no Litoral Norte.

Essa lógica de interação entre agricultores também se repete no que diz respeito ao *modus operandi* dentro das próprias associações através de reuniões entre seus integrantes.

Igualmente ao caso das relações que se estabelecem entre agricultores de entidades diferentes, no que diz respeito às relações inter-entidades, as interações ocorrem através de reuniões cujo conteúdo é basicamente o mesmo, ou seja, trocas de técnicas.

O aspecto que diferencia as relações intra-instituições das relações inter-instituições é a maior intensidade das ajudas mútuas no primeiro caso. As visitas de

agricultores da mesma entidade na propriedade de seus companheiros acontecem em casos de colaboração em períodos de coleta, ajuda na reconstrução de bananais destruídos pela chuva, limpeza na roça em casos em que o proprietário não possua condições de fazer junto com sua família, entre outros.

Essas relações que se estabelecem entre agricultores e também com os técnicos constituem um dos mais importantes pilares para a permanência na Rede e também nas entidades. Tal afirmação fundamenta-se no fato de que, segundo os próprios entrevistados, além da importância técnica, o estabelecimento de uma convivência amistosa entre os agricultores é um facilitador das relações.

A questão da concorrência entre os produtores, ainda que em entidades diferentes, não foi verificada é de importância para a manutenção tanto da rede quanto das próprias entidades. A visão dos integrantes das entidades como aliados e não como concorrentes está presente inclusive nos discursos que marcam os documentos de formação desses agricultores.

Em diversas passagens encontra-se reafirmada a idéia de que valores como a união entre as entidades e membros da Rede são fatores decisivos para a manutenção da estratégia de trabalho. Neste discurso, é presente também a afirmação de que somente através desta união entre os praticantes da agricultura ecológica será possível buscar a construção de uma nova realidade para a agricultura.

Sob este aspecto, o trabalho de campo mostrou que a concorrência é um fato muito mais presente na relação com outros tipos de agricultores, ou seja, que não adotam a prática ecológica. Foi freqüente entre os entrevistados a referência àqueles não praticantes da agricultura ecológica como “os outros”. O uso dessa expressão talvez seja explicado pela necessidade dos mesmos de afirmarem-se como pertencentes a uma categoria de agricultores diferenciada.

Destaca-se que no que diz respeito às relações entre a organização do sistema e o trabalho dos agricultores que a não existência da proximidade entre os agricultores e as instituições de apoio técnico seria um fator que comprometeria o funcionamento do sistema. Neste momento, vale acrescentar que todo o apoio técnico é de responsabilidade dos técnicos que são membros do Centro Ecológico de Dom Pedro de Alcântara.

Por outro lado, quanto às relações entre as próprias entidades de agricultores e também entre os agricultores enquanto indivíduos destaca-se que estas se

configuram em contribuintes para a formação de uma noção de *ethos* do agricultor ecológico. Nesse sentido, as relações que se estabelecem entre as entidades e entre os agricultores colaboram para a construção de um conjunto de comportamentos que produzem uma identidade do agricultor ecológico.

Assim, pode-se perceber que tanto a ação técnica quanto as relações pessoais que se estabelecem durante as atividades laborais são reflexo da ação da estrutura organizativa que molda e é moldada pelas próprias relações anteriormente citadas. Isso confere um caráter de constante transformação ao funcionamento do sistema.

Tal transformação manifesta-se pela intensificação da confiança por parte dos agricultores entre si e também entre os mesmos e os técnicos com os quais se relacionam fortalecendo a estrutura do sistema. Segundo os agricultores, seria impossível manter tal forma de trabalho sem a presença da troca de experiências entre os agricultores e os técnicos e entre os próprios agricultores.

Percebe-se que estas interações entre os atores até aqui apresentadas contribuem para se conferir ao sistema uma característica autopoietica, conforme apontado por Bertalanffy (1973). Isso em função de que a solicitação de um técnico ou a necessidade da troca de experiência pode ser entendida como uma situação de desequilíbrio no interior do sistema e através da interação de seus elementos o mesmo encontra um novo estágio de equilíbrio e, assim, reestrutura-se.

3.4 “É dia de Feira. Terça Feira, Quinta Feira não Importa a Feira”: a importância da feira na organização do sistema e no trabalho dos agricultores

Até aqui foi analisado como a organização do sistema interfere na estrutura interna das entidades. Tais observações poderiam conduzir ao entendimento de que a Rede Ecovida configura-se como um sistema fechado. Contudo, a partir de agora, a análise ficará centrada no modo como se dão as interações entre as entidades de agricultores por meio de seus atores (os agricultores) que interagem com os elementos externos, ou seja, os consumidores, no território² da feira livre. Essas relações têm importante contribuição para a manutenção do sistema.

² O entendimento do conceito de *território* escolhido para este trabalho é tomado de Haesbaert (2002) como “Espaço construído pelo indivíduo considerando-se a sua dimensão cultural e econômica”.

A análise das relações entre os agricultores e os consumidores tem como base o trabalho de campo realizado nas feiras. Foram observadas feiras nas cidades de Porto Alegre (dois pontos) e Torres (dois pontos). Puderam ser verificados diferentes comportamentos e diferentes lógicas de interações entre agricultores e seus pares – sejam eles ecológicos ou não – bem como entre os agricultores ecológicos e os consumidores.

A ida à feira, para os agricultores, possui um caráter duplo, no que concerne à organização deste sistema. Dentro desta dualidade de caráter, pode-se observar a importância da feira para os agricultores. Tal importância se manifesta por meio de interações entre os mesmos, e na oportunidade dos agricultores de mostrar o resultado do trabalho e a qualidade dele.

Nas feiras, acontecem intensas interações entre os agricultores. Normalmente, essas interações diferenciam-se no que diz respeito (a) ao tempo cronológico (hora) e ao (b) conteúdo das interações.

Dessa forma, o período pré-feira e o período pós-feira constituem-se em momentos importantes. O período pré-feira compreende o íterim entre o momento de chegada ao local da feira e a hora Legal³ para a permissão da montagem das barracas. Tal espaço de tempo compreende aproximadamente uma hora e ocorre entre às 5h30 e 6h30 da manhã. As interações que acontecem em tal período assumem características semelhantes ao das oficinas e reuniões que ocorrem dos núcleos do litoral norte gaúcho.

Esse período contribui para a compreensão do território da feira como um instrumento para a continuidade de troca de experiências de trabalho e de técnicas entre os próprios agricultores. Porém, ao contrário do que ocorre nas reuniões de entidades de agricultores no litoral Norte, a feira assume contornos muito mais amplos no que diz respeito à troca de técnicas, uma vez que nessas ocasiões se encontram agricultores de outras regiões do estado, principalmente no caso das feiras de Porto Alegre.

Segundo o relato de um dos agricultores entrevistados, a possibilidade de contato com agricultores de outras regiões do estado é um fator que contribui para o desenvolvimento das atividades das entidades de agricultores no seu dia-a-dia. Segundo o referido produtor, os momentos na feira colaboram para a melhoria do

³ Período em que eles são permitidos de iniciar a montagem da feira

trabalho, porque muitas vezes uma entidade de agricultores de outra região já possui experiência na resolução de determinada dificuldade e isso pode ser repassado às outras entidades.

Nos casos em que a resolução do problema não é exatamente aquela relatada na conversa, tem-se que, pelo menos se oferece uma nova perspectiva de solução. E esta perspectiva de solução é consequência de que, às vezes, surgem idéias que ninguém pensou nas reuniões do grupo e entidades ao qual o declarante pertence.

A interação entre agricultores de diferentes regiões que comungam do mesmo modelo de produção também possui um conteúdo simbólico. A manifestação disso dá-se pelo reconhecimento de que a prática da agricultura ecológica torna-os “próximos”. A feira tem, nesse sentido, um grande papel de reforço identitário.

Um fato que corrobora para esta afirmação é que quando se tratam de feiras formadas tanto por agricultores ecológicos quanto por convencionais como no caso de uma das feiras do município de Torres embora ocorram interações entre os feirantes, elas não se manifestam da mesma forma como nas feiras em que existem apenas os agricultores ecológicos. Nestes espaços eles não se mantêm tanto tempo juntos antes do início da feira, como é o caso nos espaços de feiras exclusivas de agricultores ecológicos, isto é, os agricultores ecológicos se reconhecem enquanto iguais e pertencentes ao mesmo universo.

Essa observação vai ao encontro do que Gehlen (1998) define como “pertença”. Para o autor, a mesma está vinculada às interpretações e as representações do universo simbólico, em torno da sensação de pertencimento a uma determinada condição social, sempre em comparação a muitas outras. Assim configura-se a “essência” da construção de identidade, no sentido sociológico. Deste modo, identidade pode ser definida como:

(...) pertença de atores sociais a uma condição social em relação a outros atores e condições sociais. “Essa pertença é definida pela concepção geral ou visão de mundo, pelo estilo de vida, pelas relações com os outros e com a natureza, pelo sistema de trabalho e de produção, pelo espírito religioso e pelo sistema de reprodução biológica e social” (GEHLEN, 1998, p. 57).

Nas “feiras convencionais” os dois modelos de agricultores – ecológicos e convencionais – praticamente não estabelecem contato entre si. As relações são

estabelecidas basicamente apenas com os seus iguais. Normalmente a feira convencional é marcada pela separação entre os dois tipos de agricultores criando duas totalidades de territórios dentro do território maior que é a feira. Configura-se, assim, um ambiente de afirmação de identidade de trabalho entre os dois modelos de agricultores.

No caso das feiras freqüentadas exclusivamente por agricultores ecológicos tem-se que o momento chave de interações ocorre na última hora de feira. Nessa ocasião, diferentemente do que ocorre no período pré-feira, os agricultores têm interações com caráter mais direcionado ao estabelecimento de negócios com seus pares. Os agricultores aproximam-se com o objetivo de negociar aqueles produtos que não foram vendidos, durante a feira, ao consumidor em geral. Deve-se esclarecer, entretanto, que os produtos comercializados, neste momento da feira, não diferem em nada no que diz respeito à qualidade estética e de consumo daqueles comercializados ao consumidor em geral.

A razão para que seja observada a apresentação estética do produto e a qualidade deste para o consumo, na comercialização entre os agricultores, deve-se fato de que é tanto para o consumo dos próprios agricultores quanto para o suprimento de demandas dos consumidores da região de origem dos agricultores. Ou seja, geralmente, são comprados aqueles produtos que não são produzidos em sua localidade.

Por outro lado, a ida do agricultor à feira também possui um significado importante para a manutenção do sistema. As relações externas das entidades – dos agricultores com os consumidores – desempenham importante papel nesse sentido. No que diz respeito a esta relação, a feira assume um caráter totalmente diferenciado se comparado ao anterior. Neste caso a feira torna-se a vitrine do trabalho do agricultor para o consumidor, mais exatamente do resultado do seu trabalho na lavoura. Assim, a feira configura-se como o ponto de encontro entre os dois extremos do sistema.

A feira torna-se um influenciador sobre a forma como está organizado o sistema. Isso acontece porque para os agricultores a reação dos consumidores em relação ao produto oferecido atua, muitas vezes, como um balizador para as suas práticas na lavoura, podendo, assim, modelá-lo.

Um dos exemplos do poder de influência dos consumidores pode ser percebido no discurso dos próprios agricultores quando tratam da consciência dos

consumidores acerca da necessidade da busca por uma alimentação mais saudável. A reprodução da fala do depoente demonstra como se manifesta a preocupação dos agricultores:

(...) os consumidores das feiras estão sempre se informando sobre qual o melhor produto e também fazendo observações sobre o produto, seja crítica ou sugestão... apesar de eles entenderem que, por causa de chuva ou seca, o produto fica alterado. Nós sempre prezamos por manter a qualidade porque sem os consumidores a gente não tem o que fazer, né? Eles estão sempre comprando livros de agricultura ecológica e isso obriga a gente a sempre se aprimorar” (C. APENSUL maio 2007).

Durante as observações na feira, notou-se que entre as partes – agricultor e consumidor – manifesta-se uma relação de proximidade caracterizada pelo tratamento informal entre os dois grupos. Segundo uma das entrevistadas, alguns consumidores são seus clientes na feira há mais de dez anos.

A importância da relação produtores/consumidores também é comentada por essa produtora, que em todo momento apontou para a responsabilidade de manutenção da mesma. Dentro dessa questão, a informante destacou a importância da manutenção da qualidade da produção, conforme se relato que segue:

(...) isso cria um compromisso da nossa parte, né? Os dois lados precisam um do outro e a gente sabe que existe uma questão de compromisso um com o outro, se a gente tiver compromisso com eles vão continuar confiando no nosso trabalho e continuando com a gente e a gente com eles...”(V. S. abril 2007)

É interessante notar que quando se trata da relação dos consumidores com os agricultores, os primeiros assumem um caráter de dominação sobre os segundos. Essa dominação efetiva-se pelo fato de que consumidores encontram-se em uma posição de maior poder de negociação. Por exemplo, se uma determinada entidade de agricultores não seguir as determinações dos clientes, pode perder oportunidades de comercialização de seus produtos.

Deste modo, percebe-se a importância da feira no que concerne à organização do sistema. Esta se apresenta como um fortalecedor e renovador das estruturas organizacionais que se manifestam a partir de relações de ajuda mútua e também pelas trocas de informações técnicas entre os agricultores.

Todavia, a relação entre os próprios agricultores assume contornos mercadológicos quando relacionados às negociações de produtos entre os agricultores entre si, o que igualmente ocorre no que diz respeito à relação entre os mesmos e os consumidores. Assim, configurando ao sistema uma racionalidade preferencialmente voltada para o mercado.

Com efeito, os próximos tópicos se ocuparão de entender **de** que maneira a racionalidade dos agricultores é influenciada pelo mercado.

4 AS ENTIDADES DE AGRICULTORES E A ADESÃO AO SISTEMA ECOVIDA: motivos para a adesão e razões para continuar

A presente seção centra-se em tratar das razões que conduziram as entidades a integrarem-se ao sistema “Ecovida” e também aqueles motivos que os levam a continuar participando. Dessa forma, a presente seção foi dividida em dois tópicos. O primeiro trata das razões de ordem econômica que estavam em jogo no momento em que as entidades optaram por inserir-se no sistema. O segundo tópico aborda as explicações de cunho não econômica que influenciaram a decisão pela adesão no sistema.

A divisão deste capítulo em duas partes é explicada pelo fato de que analisar entidades de agricultores apenas por um dos vieses, simbólico e ou econômico, tornaria a análise incompleta. Tal afirmação, é resultado da percepção durante as entrevistas da associação destes dois vieses no entendimento do processo de inserção e permanência como veremos ao longo do capítulo e pode ser melhor observado no quadro abaixo.

4.1. Motivos Econômicos Para a Adesão Ao Sistema:

Quando propôs o conceito racionalidade, Weber (2006) concebia-na como o conjunto de ações desempenhadas pelo sujeito que objetivava o alcance de determinado fim, como já foi anteriormente apresentado. A necessidade de buscar meios para a garantia da sobrevivência pode ser encarada como uma das diversas situações de manifestação das ações racionais.

Baseada nesta afirmação compreende-se a adesão das entidades ao sistema Ecovida, como um meio para o alcance deste fim, ou seja, uma forma para se alcançar a sobrevivência dos integrantes das entidades. Desse modo, percebeu-se que a adesão das entidades de agricultores ao sistema Ecovida pode ser explicada por razões como a busca pela melhoria da renda. Os produtos produzidos de forma convencional possuem uma menor valorização no mercado em comparação aos produtos da agricultura ecológica. Isso é apontado por um dos agricultores entrevistados:

Quando a gente não integrava a Rede Ecovida, a gente enfrentava muita dificuldade para comercializar os produtos que produzíamos, a

dificuldade estava relacionada ao fato de que nosso produto era igual ao da maioria dos outros produtores e isso derrubava o preço (R. ACERT RAPOSO, maio 2007).

A relação com o preço e a não existência de um diferencial do produto, comentados pela entrevistada, refere-se à produção convencional não oferecer possibilidade de se auferir maiores valores nas relações mercadológicas, colocando assim o produtor em situação de paridade com seus concorrentes. Os concorrentes a que se refere a agricultora são os não adeptos da prática da agricultura ecológica.

Corroborando com a afirmação da informante anterior, no que diz respeito à importância de se oferecer um produto diferenciado, a declaração do representante do Rio Bonito que aponta a necessidade de se optar por uma produção que seja mais competitiva.

(...) os nossos produtos são cultivados de um jeito que a gente não usa venenos na lavoura. Além disso, nós também nos preocupamos com o aspecto visual do produto que nós oferecemos na feira. Procuramos não apresentar um produto como a banana, por exemplo, com a casca rachada porque isso prejudica o preço, uma vez que o consumidor não vai querer pagar o mesmo preço por um produto que, visivelmente, encontra-se com um aspecto fora do nosso padrão. (G. P. maio 2007)

A preocupação com aspectos relacionados à qualidade do produto mostra a força que a busca pelo alcance desta característica possui neste mercado e, conseqüentemente, influencia na forma de trabalho dos agricultores, como veremos adiante. A diminuição da preocupação com o aspecto qualitativo do produto pode comprometer a aceitabilidade do mesmo junto aos consumidores.

O depoimento acima reproduzido expressa uma das características do modelo de trabalho do sistema “Ecovida” que é o estabelecimento de relações mais próximas entre o produtor e o consumidor final. Assim é evitado a figura do atravessador. Este é considerado um dos motivos da adesão dos agricultores ao sistema:

A entrada na rede serviu como uma “carta na manga” porque a gente conseguiu encontrar uma maneira de evitar a ação dos picaretas (atravessadores), porque a gente compreende que agora que nós estamos aqui vendendo direto, estamos tendo um lucro muito maior

do que se a gente ainda estivesse como explorados deles (C. APENSUL, maio 2007).

Ainda sobre a problemática do atravessador, o depoimento a seguir contribui para um maior esclarecimento:

“... o grande problema da terceirização. Por exemplo, o que a gente tem aqui, tem produtor aqui que vende sua produção pra caminhoneiro e este, o caminhoneiro, vende em Porto Alegre... isso não era vantajoso porque tu sabe né, a gente nunca conseguia um preço que compensasse... agora não, a gente conseguindo vender direto para o consumidor consegue um preço melhor... eu, por exemplo, vendia o quilo da banana caturra a R\$ 1,40 ao mesmo tempo que tem gente por aqui que vende pra caminhoneiro a R\$ 1,00 ou R\$ 1,10 no máximo...”. (G. Rio Bonito).

A discrepância entre o valor da venda ao caminhoneiro e a venda direta ao consumidor ocasiona perdas ao produtor que, no caso citado, optou por buscar meios para relacionar-se de maneira direta com o consumidor.

Deve-se neste momento, esclarecer que, coadunando com a fuga do atravessador, outro item importante para a adesão e que se encontra relacionado à organização do sistema é a possibilidade de certificação do produto como ecológico, que é algo que confere ao agricultor um *status* junto ao consumidor. A referida certificação confere ao produto uma referência de procedência e qualidade o que o valoriza no mercado.

Fonseca (2000) afirma que a certificação *dentro* do modelo da Rede Ecovida - certificação participativa - colabora para que haja a desoneração dos valores de produção para o agricultor. Os órgãos de certificação cobram preços que os agricultores de pequeno porte, como estes analisados, não teriam condições de pagar.

Com a desoneração do custo da certificação, pode ser oferecido ao consumidor um produto reconhecidamente produzido dentro dos padrões da agricultura ecológica e a um custo menor, uma vez que este modelo não se torna refém das instituições certificadoras. Isso possibilita o acesso de produtos orgânicos a uma parcela maior da população e desconstruindo a visão de que os produtos da agricultura ecológica sejam destinados apenas a uma parcela da população.

Os depoimentos apresentados acima, refletem motivações de cunho econômico, relacionadas ao próprio ato de compra e venda. Além disso, os motivos

que levam às adesões manifestam pela possibilidade da exploração de um mercado que se encontra em um processo de expansão. Isso é expresso a seguir:

A adesão por parte da associação ao sistema Rede Ecovida, foi influenciada pelos argumentos apresentados pelos agricultores que integravam a ACERT de que em Porto Alegre havia pessoas procurando produtos ecológicos. “A dificuldade maior era quem plantasse e que se a gente plantasse com certeza teríamos para quem vender... (Z. APENSUL, maio 2007).

Percebe-se a opção pela produção ecológica como uma possibilidade de um maior estreitamento de relações com o mercado. Entretanto, outros motivos também contribuíram para a adesão das entidades à proposta do sistema Ecovida. Entre eles destaca-se: a preocupação com a manutenção de suas condições de trabalho, bem como aspectos relacionados a salubridade do trabalho dos participantes destas entidades. Isso é tratado no tópico a seguir.

4.2. Motivos não econômicos para a adesão

A opção pela inserção no sistema em estudo também é justificada por motivos que não perpassam unicamente razões econômicas. Na presente sessão serão observados motivos de outras ordens que conduziram as entidades de agricultores a buscarem a adesão a Rede Ecovida.

Conforme vem sendo destacado nessa dissertação, as entidades são constituídas por agricultores que possuem como característica comum a *trajetória de vida vinculada ao trabalho na agricultura*. Há uma tradição familiar em que seus pais e avós já trabalhavam na agricultura. Deste modo, identificam-se que as razões pela adesão ao sistema Ecovida também se manifestam como uma possibilidade de manutenção de sua atividade profissional.

O depoimento abaixo apresenta como a relação continuidade na agricultura e adesão tanto a proposta de produção ecológica quanto a própria inserção no sistema se manifestou para os agricultores.

Desde que nós abraçamos a proposta de trabalho em que nos encontramos, além da melhor inserção de nossos produtos no mercado, a gente também percebe uma melhoria na própria roça. Como o nosso solo já era muito desgastado por causa do tipo de agricultura que a gente fazia com veneno, ao entrar na agricultura

ecológica, e depois disso na rede, nós paramos de usar os venenos na roça, porque se a gente continuasse usando ia chegar a um ponto que não ia dar para plantar mais nada e aí o que a gente iria fazer. (R. ACERT maio de 2007).

Além da influência do interesse em seguir na agricultura, relaciona-se à adesão o fator manutenção da capacidade de produção da terra. Esta capacidade possibilita que os membros das entidades possam seguir mantendo-se no desenvolvimento das atividades produtivas na agricultura e, assim, preservar sua atividade profissional. Uma vez que com a substituição do uso de veneno no solo pelo uso das técnicas da agricultura ecológica o solo vai recuperando novamente sua capacidade produtiva.

Além da busca pela manutenção de sua atividade profissional, é recorrente que a ocorrência de problemas de saúde seja apontada também como uma razão que motiva os membros das entidades pesquisadas a participarem do sistema em estudo.

Isso é apontado por um dos produtores no trecho a seguir:

A gente sempre praticou agricultura convencional, daí a gente usava muito veneno, né. Uma vez eu fui ao médico e ele me disse que se eu quisesse continuar a viver eu teria que parar de trabalhar na roça, daí eu passei a freqüentar as reuniões da Pastoral da Terra e lá eu fiquei sabendo desse modelo, o que foi bom porque senão eu ia ter que sair da roça (J. ACERT MAMPITUBA, abril de 2007).

Entre as principais queixas a respeito de problemas de saúde relacionados à prática convencional da agricultura, as que mais foram comentadas dizem respeito a problemas de pele, visão e também problemas nas articulações. Após serem enumerados os principais problemas sofridos pelos agricultores, interessou-se por saber qual a percepção destes em relação aos seus organismos depois da substituição de uma prática de agricultura pela outra. Os relatos obtidos mostram que as principais mudanças relacionam-se à melhoras em problemas relacionados a pele e nos olhos (irritação) todavia, quanto a problemas relacionados às articulações nos casos mais graves não houve melhora, mas segundo os agricultores o quadro não se agravou.

A presente sessão apresentou as razões que conduziram as entidades a integrarem-se à proposta do sistema Rede Ecovida. Como foi possível observar, foram decisivos fatores relacionados a problemas de saúde dos membros das entidades e à possibilidade de exploração de um novo mercado.

Uma vez compreendidas as razões que conduziram as entidades a aderirem a Rede Ecovida, a investigação direcionou-se para a compreensão das racionalidades das relações com o mercado. O capítulo seguinte explicita como se processam as relações das entidades com o mercado ao qual fazem parte. Além disso, aponta também o conteúdo dessa relação observando de que forma esta se estabelece a partir das estratégias de comercialização.

5 RACIONALIDADE DAS ENTIDADES DE AGRICULTORES: as relações com o mercado e as estratégias de comercialização

O presente capítulo trata de como se processam as relações entre as entidades de agricultores agroecológicos e o mercado. Ao contrário da forma que se organizou o capítulo anterior, os tópicos aqui apresentarão as entidades de forma separada, a fim de que se tenha um detalhamento de informação sobre cada uma delas, buscando identificar suas especificidades.

5.1 As Ações Para Alcançar os Fins: Os Meios Utilizados Para a Comercialização de Produtos.

O presente tópico, objetiva apresentar as racionalidades utilizadas pelas entidades em estudos para promover seus produtos junto aos consumidores. Assim, será feito inicialmente um resgate do conceito utilizado no trabalho, conforme Weber (1987), que assim o define. A racionalidade está relacionada a uma ação direcionada a fins, em que são considerados os meios e as escolhas para se chegar a um determinado objetivo.

Desta maneira, uma vez retomado o principal conceito que se relaciona a este capítulo, o tópico seguinte inicia a análise da primeira das entidades.

5.1.1. ACERT RAPOSO: Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres (Núcleo Raposo)

O núcleo Raposo comercializa seus produtos em quatro pontos chave:

- 1) Feira da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, no bairro Menino Deus, Porto Alegre;
- 2) Feira dos Agricultores Ecológicos; antiga Feira da Colméia na Rua José Bonifácio no bairro do Bom Fim, em Porto Alegre;
- 3) Feira ecológica de Torres;
- 4) Feira de produtos mistos também em Torres.

No que diz respeito a esses pontos de comercialização, destaca-se que a feira da Rua José Bonifácio é o mais antigo de todos os pontos de venda. São comercializados produtos tanto *in natura* quanto beneficiados, sendo a banana o principal produto comercializado, mas também são comercializados feijão, mandioca e tomate. No caso do tomate e da banana são comercializados tanto na forma *in natura* quanto processada. A banana em forma de *schmier* e passa de bananas. Por sua vez, o tomate além de *in natura*, também é comercializado em forma de molho de tomate.

O beneficiamento do tomate, assim como o da banana, é feito na agroindústria. A agroindústria artesanal do núcleo raposo da ACERT surgiu da necessidade de que os agricultores membros possuíssem em reaproveitar as sobras não comercializadas na feira. Inicialmente três famílias do núcleo ficaram responsáveis pelas atividades na agroindústria, contudo, atualmente duas delas, pelo fato de não terem mais seus filhos morando na mesma casa, uma vez que foram morar na cidade, venderam sua participação para a única família que continua administrando a agroindústria sendo a proprietária individual.

Outra prática de relacionamento da ACERT com o mercado é a comercialização de bananas com programas de merenda escolar de prefeituras inicialmente vinculado ao extinto Programa Fome Zero, mas que ainda ocorre por meio das prefeituras. Segundo as informações fornecidas pelos depoentes, no ano de 2006 foram comercializadas 2000 caixas de bananas /mês ao preço de R\$ 0,80 o quilo, apesar de as bananas na feira serem vendidas a partir de R\$ 1,40. Os agricultores afirmam que existe a vantagem de quando se comercializar via estes programas, os produtores possuírem uma venda certa de sua produção enquanto durar o contrato entre eles e a parte que abriu a licitação.

Conforme os depoimentos obtidos junto à informante, apesar de não ser considerada costumeira, no interior do Núcleo Raposa também existem integrantes que, em períodos como o verão, lançam mão de práticas como a comercialização de flores, que são vendidas em arranjos. Esses arranjos são produzidos a partir da utilização da folha do palmiteiro que é colocada como base. Os arranjos são vendidos nas feiras de Torres ao preço de R\$ 5,00 a unidade.

Além da modalidade de venda direta ao consumidor e dos programas governamentais relacionados à alimentação, o Núcleo Raposa também se utiliza da comercialização via cooperativas. As modalidades de cooperativas que se

relacionam com o núcleo são Cooperativas de consumidores, além da própria cooperativa formada pelos produtores ecológicos da região, que comercializam diretamente ao consumidor.

Deve-se salientar que além da comercialização como foi apontado acima, os três núcleos da ACERT (Raposa, Três Passos e Mampituba) também comercializam produtos entre si. Normalmente são comercializados os produtos que um integrante do núcleo tem o desejo de vender na feira, mas não produz em sua propriedade. Também é comum um agricultor comprar o excedente de outro para vender o produto da compra em uma feira onde a demanda por determinado produto é grande.

Na feira, a formação da banca é feita dentro de cada núcleo de forma coletiva. A ida à feira funciona em caráter de revezamento, isto é, os produtores escolhem nas reuniões quem, quando e em qual feira o integrante do núcleo poderá ir. Esse escalonamento é definido de acordo com as disponibilidades de cada membro. Já a escala é montada nas reuniões do próprio núcleo.

5.1.2. ACERT TRÊS PASSOS: Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres - Núcleo Três Passos

No que diz respeito à comercialização, tem-se que as estratégias adotadas pelos integrantes do núcleo ACERT Três Passos utilizam-se da feira ecológica que era pertencente à Cooperativa Colmeia³ da Rua José Bonifácio, aos sábados no município de Porto Alegre, e também na Secretaria de Agricultura na Rua Getúlio Vargas, no mesmo município. Além da feira, o Núcleo aderiu à proposta de criação de uma cooperativa formada pelas associações de produtores da região em que oferece também seus produtos aos consumidores dos município de Três Cachoeiras e arredores.

Embora a ACERT TRÊS PASSOS participe de feiras de comercialização, é necessário esclarecer que a presença desta entidade se limita às feiras de comercialização de produtos ecológicos, diferenciando-se da entidade anteriormente

³ De acordo com as palavras da entrevistada a Cooperativa Colméia encerrou suas atividades, fechando o seu entreposto na Rua José Bonifácio. Não obstante este encerramento das atividades a feira continua funcionando por iniciativa dos próprios agricultores, contudo, não é utilizado mais o nome Colméia e nem o logotipo da Cooperativa também foi alterado o nome da feira que atualmente chamasse Feira dos Agricultores Ecológicos (FAE).

analisada pelo fato de aquela atuar nos dois segmentos de feira, isto é, as feiras de produtos ecológicos e as feiras de produtos convencionais.

A escolha pelas feiras ecológicas ocorre porque, normalmente, em feiras convencionais, o consumidor freqüentador da feira de produtos convencionais não entende o motivo da diferença entre os dois produtos. Normalmente, o público tende a reclamar dos preços dos produtos ecológicos e, desta forma, tende a optar pela compra do tradicional em detrimento ao produto proveniente da agricultura ecológica. Mesmo quando a diferença entre os preços fique nas faixa dos centavos os ecológicos são preteridos.

Da mesma forma que a entidade ACERT Raposo, a ACERT Três Passos também comercializa seus produtos por outros meios além do modelo de venda direta ao consumidor. Esta forma de se relacionar com o mercado é através da participação em programas estatais de melhoria da qualidade da alimentação sejam eles organizados pelas prefeituras ou pelo Governo Federal, sendo que os projetos dos quais a entidade participou foram o programa de merenda escolar da Prefeitura de Caxias do Sul e atualmente o programa Fome Zero.

Entre os integrantes da ACERT Três Passos, também se manifesta, em alguns casos, a prática da comercialização individual dos produtos por parte dos produtores. Em alguns casos, os produtores saem individualmente pela área urbana dos municípios e oferecem seus produtos a quem encontrarem na rua. Normalmente esta prática é feita a com uso de veículos dos próprios agricultores que se predispõe a desenvolver tal prática.

Igualmente ao caso do núcleo raposo, a bananicultura é o principal produto da pauta de produção dos integrantes do núcleo Três Passos. Dentre os tipos de bananas comercializadas destacam-se as do tipo figo, caturra e prata, vendidas respectivamente a R\$ 3,40, R\$1,40 e R\$2,00.

Recentemente alguns associados vêm buscando a diversificação de sua produção com a inserção de novos produtos. Entre eles estão: batata doce, batata iacon, gengibre, cará, inhame além da prática da olericultura, tendo como produtos desta atividade a alface, couve e radicci, todos eles vendidos a R\$ 1,00 a unidade.

Ao contrário do núcleo Raposa, o núcleo Três Passos não possui agroindústrias e por esse motivo, o núcleo Três Passos se impossibilita de adotar estratégias de comercialização que tenham como objetivo diversificar as suas opções de produtos ofertados à comercialização.

Quando questionada acerca de possibilidade de utilização da agroindústria pertencente à família do núcleo raposo em esquema de parceria e ou alguma outra forma de sociedade na utilização, a resposta foi que não havia esse tipo de procedimento. A justificativa, segundo a informante, é que embora os três núcleos integrem à associação, não existe diálogo neste sentido, uma vez que a agroindústria não é do núcleo. Se fosse o caso haveria a possibilidade, mas é propriedade de um integrante daquele núcleo.

Da mesma forma que acontece no núcleo anteriormente apresentado, também são comercializados produtos entre a ACERT Raposo e outras entidades que pertencem ao sistema na região do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul. Isso contribui para que se ampliem as relações da entidade com o mercado.

Da mesma forma que na entidade anterior, quando estão na feira, os agricultores alocam seus produtos todos juntos em uma só banca onde se dividem apenas as bananas pela qualidade e os demais produtos pela qualidade dos mesmos, isto é, separação entre os tipos de produto oferecidos.

5.1.3. ACERT MAMPITUBA: Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres (Núcleo Mampituba)

O terceiro núcleo da ACERT, Núcleo Três Passos, apresenta no que diz respeito às suas relações com o mercado uma relativa diferenciação acerca das características das suas relações com o mercado se comparadas com os seus co-associados, isto é, A ACERT Três Passos e a Raposo.

No caso especificamente do Núcleo Mampituba, no que se refere às suas relações com o mercado, elas se manifestam somente através de feiras exclusivamente ecológicas e cooperativas de consumidores.

O núcleo Mampituba, assim como os demais que integram a ACERT, comercializa seus produtos nas feiras de Torres e Porto Alegre. No que se refere às feiras da capital a participação acontece somente na feira da Rua José Bonifácio. A motivação para não freqüentar a feira da Rua Getúlio Vargas, segundo o informante, é que ir duas vezes por semana a Porto Alegre torna-se economicamente desvantajoso. O núcleo possui a menor quantidade de integrantes e, deste modo, dividir os custos para a ida em três feiras tornaria o valor mensal dos custos muito altos.

Além disso, os agricultores da ACERT Mampituba entendem que concentrar suas atividades em apenas um dia da semana possibilita uma melhor organização de sua semana. Pois podem organizar suas atividades pessoais ao longo da semana, tanto no caso dos problemas relacionados a custos de transportes para as feiras quanto aos que concerne a melhor organização de suas atividades diárias.

O informante esclareceu que tal fato é explicado porque existem apenas quatro famílias na entidade, o que influencia na escolha dos pontos. Estes são escolhidos a partir da lógica de já se saber qual o potencial de venda é maior.

Ao que se refere à opção apenas por feiras em que haja apenas produtos ecológicos, o informante explica, em consonância com o informante da entidade ACERT Três Passos, que, pelo fato de o público deste tipo de feira, ou seja, a convencional, não estar interado sobre o tipo de produto que está sendo oferecido, torna-se desvantajosa sua participação nestas feiras.

As demais relações que se estabelecem com o mercado, são através da cooperativa de consumidores de Torres, ECOTORRES. Conforme exposto pelo informante, ele comercializa com a cooperativa assim como os demais membros da associação modelo de negociação sobre o regime de consignação conforme segue a explicação através das palavras a seguir:

(...) a gente deixa os produtos que a gente não conseguiu comercializar na feira aqui com eles. Daí fica no sistema de consignação, quer dizer, o que eles conseguirem vender num prazo de trinta dias a gente pega o dinheiro depois.

A linha de gêneros alimentícios produzidos pela ACERT Mampituba apresenta-se um pouco mais diversificada no que diz respeito às frutas e legumes se comparada com os outros núcleos da ACERT. Neste núcleo, percebe-se a presença de uma diversidade de frutas nas bancas das feiras em que foram encontradas, além da banana, maracujá, limão, mamão, bem como, beterraba, couve, agrião e verduras em geral. Todos eles produtos procedentes apenas das propriedades dos membros que integram o presente núcleo.

Quanto às estratégias de comercialização da presente entidade, seguindo a tendência das demais apresentadas, os produtos *in natura* apresentam-se como os mais comuns para a comercialização. Entretanto, também se apresentam produtos

beneficiados, como é o caso da polpa de maracujá engarrafada em recipientes de 500 ml.

No que se refere às práticas para a comercialização no espaço da feira, estas apresentam duas formas de disposição. A primeira delas diz respeito à feira do município de Torres. Nesta, os produtores trabalham individualmente em suas bancas e assim cada um oferece para comercialização somente aquilo que é produzido em suas propriedades individuais, juntamente com seus familiares. Após ser feita a declaração sobre este trabalho ser em família, buscou-se a compreensão do conceito de família. Para o entrevistado, a família, é compreendida pelos entes como filhos e o cônjuge que habitam dentro da mesma propriedade.

Como na feira ecológica de Torres existem cerca de 10 produtores no total, os integrantes da ACERT Mampituba optaram por vender seus produtos individualmente, deste modo alguns produtores possuem a sua própria banca e outros comercializam seus produtos através da própria banca da Rede Ecovida.

Por outro lado, no caso da feira da Rua José Bonifácio, na capital, os integrantes da presente entidade oferecem seus produtos de forma coletiva na banca da própria ACERT Mampituba.

5.1.4. Grupo Ecológico Rio Bonito

Esse grupo de agricultores ecológicos, diferentemente das entidades anteriormente apresentadas, é constituído apenas por uma unidade. Basicamente, o Grupo Ecológico Rio Bonito apresenta características bastante similares com as até aqui apresentadas, sobretudo no que diz respeito às participações em feiras. As feiras em que são comercializados seus produtos localizam-se nos municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul e Torres.

A entidade em questão participa de feiras estritamente direcionadas a consumidores que buscam produtos cultivados a partir de técnicas baseadas em preceitos ecológicos. Tal escolha deve-se ao fato de que as feiras que possuem tanto produtores convencionais quanto ecológicos não são vantajosas para os agricultores da Rede Ecovida. A maioria dos consumidores que freqüentam este segmento de feiras opta por comprar sempre a produção convencional em detrimento da produção ecológica, em função de ser mais barato e não pela qualidade que é inferior se comparada ao ecológico.

Além desta interação no universo do mercado, outras são as formas de relacionamento dos produtores com o mercado. Assim como no caso das entidades já citadas, ocorre comercialização para programas estatais. Contudo, ao contrário dos anteriores, o Rio Bonito não comercializa com o Programa Fome Zero, mas com uma agência governamental.

É realizada a comercialização de bananas para a agência governamental CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) através do programa de fornecimento de gêneros alimentícios. As entidades - asilos, creches e hospitais - que recebem os alimentos localizam-se nos municípios de Torres, Três Cachoeiras, Tramandaí, Arroio do Sal, Capão da Canoa, Santo Antônio da Patrulha, Xangrilá e Osório.

Essa proposta é detalhada no depoimento de um dos produtores do Grupo em questão:

A proposta era a seguinte: nós íamos fornecer produto ecológico para as instituições, mas aí nós trabalharíamos em esquema de bloco (famílias) de produtores. Estes blocos recebiam um valor de R\$ 2500 para destinar à produção. Então tivemos que juntar a quantidade necessária de blocos para ingressar nesse projeto de R\$ 300 mil, deu mais de 100 famílias no total durante todo o ano de 2006 e agora em parte de 2007 (M. Rio Bonito, maio 2007).

Após esta explicação o informante foi interpelado sobre qual era o tipo de produto que seria comercializado neste projeto. Segundo a sua resposta, o projeto foi direcionado apenas aos produtores ecológicos de banana, o que o fez com que produtores da região do litoral norte e de cidades que fazem divisa com o Rio Grande do Sul no Estado de Santa Catarina também fizessem parte do projeto que consistia em abastecer bananas para a composição do cardápio de alimentação de creches, asilos e outros.

Seguindo uma tendência regional, a banana apresenta-se como principal produto da pauta produtiva da entidade. Destaca-se, porém, que outros produtos, ainda que em menor escala, integram o elenco de comercialização. Estão entres esses produtos a mandioca, feijão, vagem, cenoura, batata e abacaxi.

Tudo o que é comercializado pelos integrantes do Grupo Rio Bonito é oferecido apenas de forma *in natura*, uma vez que a entidade não possui meios para a transformação de seus produtos em outros que possam agregar valor.

No que se refere à disposição dos produtos no ambiente da feira, os membros do Rio Bonito comercializam todos os seus produtos juntos em uma única banca, não havendo divisão na banca conforme a posse dos produtos.

Da mesma forma que ocorre entre as entidades anteriormente citadas, cada integrante apresenta sua produção e ela é colocada no caminhão e assim sabe-se a quantidade que cada um enviou para, em seguida, ser dividido. Um dos entrevistados relata que:

Eu entrego, por exemplo, 20 Kg de determinada banana, o outro entrega 15, não interessa tudo é colocado junto e comercializado junto. Na hora de dividir o dinheiro cada um recebe de acordo com o que recebeu, isto é, todo mundo ganha junto ou todo mundo perde junto. (M. Rio Bonito abril de 2007).

Segundo o entrevistado, a atitude de todos trabalharem com uma barraca única possibilita que a entidade se fortaleça. Isso acontece em função de que os integrantes passam a vê-la como um instrumento coletivo e não apenas como uma forma de alcançar interesses individuais.

5.1.5. Associação dos Produtores Ecológicos de Morrinhos do Sul (APENSUL)

Na sessão anterior, quando se iniciou a descrição da APENSUL, as palavras do agricultor informaram que a sua adesão ao sistema explicava-se pela argumentação de membros de outras entidades que afirmavam que a produção ecológica era requisitada por uma parcela da população em cidades como Porto Alegre. Assim observa-se que sua adesão estava relacionada ao crescimento deste nicho de mercado e organiza suas operações dentro dele.

Seguindo a tendência da região de estudo, também no caso da APENSUL o principal produto produzido é a banana. Entretanto, o grupo também comercializa produtos como a mandioca, milho, feijão e hortaliças.

Apesar desta certa variedade de produtos, todos são comercializados apenas de maneira *in natura*. A banana é o único que se diferencia, uma vez que é vendida também em forma de passas de bananas. Essa modalidade de venda é praticada de seguinte forma: o fruto é seccionando em tiras e levado ao forno para secar. Quando seco, é acondicionado em pacotes plásticos com aproximadamente 200 gramas e comercializado a R\$ 1,00.

Uma das produtoras entrevistadas informou que chega a comercializar cerca de 50 pacotes de banana “em passa” por semana nas feiras. Além desta modalidade de produto, outros agricultores comercializam o bolo de milho produzido por eles e também os levam até a feira, sendo vendido a R\$ 2,00 cada um. No caso da entrevistada ela afirma vender uma média de 50 unidades deste bolo por mês.

Quanto às relações com o mercado, no interior da APENSUL, elas se manifestam de duas formas: a primeira é através das feiras de Caxias, Porto Alegre, seja na Rua José Bonifácio ou na Secretaria de Agricultura, além da feira no município de Canoas. A feira do município de Canoas, ao contrário das três anteriormente citadas, diferencia-se pelo fato de que comercializa tanto produtos ecológicos quanto produtos convencionais e a segunda relacionada a venda ambulante praticada por algumas famílias.

De acordo com os relatos da informante, a APENSUL não possui agroindústrias e sua explicação para isso está no fato de que os membros do grupo acreditam que o tempo de envolvimento nas atividades relacionadas a organização e trabalho de uma agroindústria é muito grande. Além disso, as famílias do grupo possuem, em sua maioria, filhos que já não moram mais com os pais e por isso os custos dentro de casa são baixos, tornando assim desnecessária a opção pela construção de uma agroindústria.

Quanto à disposição dos produtos na feira para a comercialização, a informante apontou que tudo é comercializado de maneira coletiva, isto é, conforme já apresentado e explicado no caos da entidade anterior, a banca de produtos é única e todos os integrantes colocam seus produtos juntos para a comercialização.

(...) lá (na feira), fica tudo junto na mesma banca, não tem este negócio de esse é de um esse é de outro. Se a gente vender 20 quilos de banana e três levaram banana daquela qualidade que foi vendida 20 quilos a gente divide o valor da venda entre os três...(Z. maio 2007).

Nas feiras, a presença das famílias que integram a associação manifesta-se da seguinte forma. As famílias são escolhidas de acordo com a sua disponibilidade de tempo e da mesma maneira os dividendos obtidos pela venda são divididos proporcionalmente à quantidade de produtos levados pelos agricultores à feira.

Quanto à segunda forma de interação com o mercado, a informante afirma que algumas famílias também optam pela prática de venda ambulante de seus produtos. No caso da ACERT Mampituba, alguns agricultores enchem o veículo que o grupo possui e param nas áreas urbanas das cidades como Torres e oferecem seus produtos, seja a banana, as verduras e até mesmo o bolo.

Ao contrário do que ocorria em outras associações, a APENSUL nunca negociou sua produção com programas estatais de alimentos. Questionada sobre a razão que justificaria tal fato, a informante argumentou que os integrantes preferem negociar direto com o consumidor por acreditarem que esta relação seja mais “direta”, ou seja, a mercadoria é entregue e no mesmo momento o valor é recebido. Essa maneira de negociação é mais garantida uma vez que não há riscos (a) de os agricultores ficarem sem receber o pagamento pelo produto e (b) de não conseguirem cumprir o compromisso de entrega da mercadoria.

5.1.6. Associação dos Produtores Ecológicos de Dom Pedro de Alcântara (APELCAN)

Conforme comentado na apresentação das entidades, da mesma forma a APELCAN possui uma formação diferenciada das demais no que concerne a sua administração. Esta possui também, no que diz respeito às suas relações com o mercado, algumas características que não foram encontradas nas outras analisadas.

Igualmente às entidades já citadas, a banana é o principal produto da pauta de produção e comercialização da APELCAN. Entretanto, não é o único produto, uma vez que também figuram entre os produtos produzidos e comercializados o moranguinho (cujas produção é sazonal), a cebola, olerícolas (alface e couve) e batatas iacon e doce.

De acordo com o informante, a sazonalidade é um fator decisivo no que refere à produção do morango. No verão torna-se pouco vantajoso o cultivo desse fruto,

pois a rentabilidade tende a ser muito baixa em função da menor qualidade provocada pelo excesso de sol que faz com que os frutos não cresçam tanto no referido período. Isso é destacado por uma das produtoras desse grupo:

(...) torna-se uma perda de tempo a gente plantar moranguinho nesta época porque o fruto fica muito pequeno e feio daí o trabalho não compensa porque vai tudo fora praticamente e a gente não vai ficar oferecendo produto feio na feira porque senão a gente ouve reclamação na feira... (E. maio 2007)

Novamente pode ser percebida a preocupação com um fator que anteriormente já foi mencionado pelo informante pertencente à associação Rio Bonito, que é a qualidade do produto. Isso não diz respeito unicamente à produção do alimento enquanto utilização de técnicas de produção, mas também a qualidade em termos de aparência.

No que diz respeito à racionalidade da APELCAN em suas relações com o mercado, há similaridades com as entidades anteriormente tratadas. A produção da Associação é comercializada em sua totalidade *in natura*, não havendo assim, nenhum tipo de beneficiamento. O motivo dos agricultores comercializarem seus produtos somente nessa modalidade deve-se ao fato de que, embora a APELCAN possua uma agroindústria artesanal, a mesma encontra-se desativada em função de problemas com o maquinário.

Da mesma forma que algumas associações estudadas, a presente associação comercializa seus produtos em feiras tanto exclusivamente ecológicas quanto nas chamadas convencionais. Dentre as feiras ecológicas, freqüentadas pela APELCAN, tem-se a feira de Torres e Caxias do Sul. Por outro lado, no que concerne a feira de produtos convencionais tem-se a participação de uma feira no município de Torres.

Ao que se refere a essas feiras, destaca-se que nas feiras convencionais a APELCAN comercializa produtos tanto provenientes da agricultura ecológica quanto da convencional. Essa mescla de produtos oferecidos é explicada pelo seguinte procedimento: o membro desta associação compra produtos convencionais de seus vizinhos e os comercializa nas feiras convencionais também. A seguir seguem maiores explicações sobre o procedimento e suas justificativas:

(...) embora a gente só produza de forma orgânica, também comercializamos produtos que são produzidos de forma convencional... a gente compra estes produtos de produtores amigos nossos e depois vendemos, porque aí é uma forma de a gente conseguir aumentar a nossa renda porque se ficar só com o ecológico limita muito a nosso leque de consumidores (E. maio 2007).

Ainda sobre as estratégias de comercialização adotadas pelo grupo, valendo-se da comercialização de produtos tanto orgânicos quanto produzidos de forma convencional é possível a atuação junto a dois nichos de mercado em uma única feira. Acerca disso o mesmo entrevistado aponta que:

(...) aqui, nesta feira, por ser uma feira de produção convencional, a gente divide a banca assim, metade só com orgânicos e a outra metade só com os convencionais; daí a gente consegue vender tanto para o consumidor que compra ecológico e o que não compra (E. maio 2007).

Retornando à questão das formas de relacionamento da APELCAN com o mercado, elas se manifestam na comercialização para programas estatais de melhoria da qualidade da alimentação, no caso o programa FOME ZERO (hoje extinto) além da venda às margens da rodovia BR 101, diariamente.

A participação da APELCAN no programa Fome Zero caracterizou-se pela venda apenas de produtos ecológicos, conforme acordo firmado para a participação da entidade no programa e era direcionado ao abastecimento de escolas, creches e hospitais. Os valores pagos pelo produto coincidem com aqueles pagos a ACERT, ou seja, R\$ 0,80 o quilo.

Entretanto, quando vendido na feira, ou em bancas na BR 101, o preço da banana que é produzida, a banana Caturra, é vendida a R\$ 1,50 o quilo. Esta diferença de valores é explicada pelo fato de que no programa citado, o preço foi firmado em conjunto com todas as entidades de agricultores participantes.

Sobre a disposição dos produtos na feira, as declarações do informante dão conta de que a produção é toda comercializada junta uma vez que, conforme já exposto anteriormente, os produtos são provenientes de uma área de cultivo em que os cinco irmãos cultivam juntos.

As relações com o mercado manifestam-se de uma forma muito parecida entre as entidades estudadas na presente dissertação, como foi mostrado acima.

Porém, a amplitude de mercado não se limita apenas a uma esfera regional. O alcance da Rede extrapola a escala regional na medida em que outras regiões do estado gaúcho e, até mesmo, de Santa Catarina, compram produtos da Rede.

Além de contatos com instituições pertencentes à Rede Ecovida no estado citado alguns moradores de Santa Catarina também freqüentam as feiras no litoral Norte Gaúcho. Assim, percebe-se como é diversificada a área alcançada pela produção do litoral norte.

Ainda no que se refere à relação com o mercado, mas direcionando-se para o aspecto consumidor produtor, os entrevistados afirmaram que seus consumidores nas feiras já os conhecem há muito tempo:

(...) temos clientes na feira que se relacionam com a gente há mais de dez anos. Ir à feira é uma das coisas mais interessantes do nosso trabalho. Lá, na feira, entre nós e os nossos clientes se criou tipo uma amizade entre nós, não uma amizade do tipo de ir a casa deles e eles aqui, mas assim de eles perguntarem como está a lavoura e pedindo receita para fazer com o que eles compram de nós. (V. ACERT- Três Passos).

Conforme pôde ser percebido ao longo das entrevistas, quando a relação produtor e consumidor era comentada pela informante, em todo momento havia a afirmação da responsabilidade de se manter esta relação, responsabilidade que se refletia principalmente na importância da manutenção da qualidade da produção. Isso é conforme se pode perceber no relato abaixo.

(...) isso cria um compromisso da nossa parte, né! Os dois lados precisam um do outro e a gente sabe que existe uma questão de compromisso um com o outro. Se a gente tiver compromisso com eles, vão continuar confiando no nosso trabalho e continuando com a gente e a gente com eles. O financeiro é muito importante, a gente tem que comer e pagar conta como todo mundo, mas perceber que nosso trabalho é bem aceito por eles nos deixa muito felizes pelo reconhecimento... (V. S. maio 2007).

Durante a entrevista com uma das lideranças de entidades, foi possível observar que, sobre a relação entre consumidores e feirantes, ocorre uma relação de proximidade. Questionados sobre tal fato, o informante prestou a seguinte declaração:

(...) aqui na feira de Torres, que já tem três anos, a gente, no verão vende para alguns consumidores que a gente já conhece da feira de Porto Alegre e outros são daqui da cidade mesmo... A gente vê que

nossos fregueses, em mais ou menos 70%, são conscientes sobre esse assunto da alimentação e da ecologia... (J. B. maio 2007).

O informante foi questionado sobre a manifestação da consciência destes consumidores no que diz respeito ao meio ambiente, segundo o informante, no que diz respeito à preocupação com o meio ambiente, esta preocupação se manifesta na devolução de embalagens recicláveis para o aproveitamento do condicionamento dos alimentos, exemplo bandejas e garrafas de suco.

Também foi presenciado durante a entrevista que alguns consumidores trazem conhecidos à feira a fim de apresentá-la para seus amigos. Quando solicitado para comentar sobre o assunto o informante esclareceu que:

(...) normalmente, os nossos consumidores, quando são novos, vêm por influência dos antigos. É assim que a gente vai aumentando a freguesia aqui na feira! Nestes três anos já tem vários que começaram deste jeito e estão com a gente até hoje (J. B. maio 2007).

Se por um lado o relato acima ajuda a perceber a importância das relações entre agricultores e consumidores para que o sistema continue mantendo-se, a mesma preocupação é válida para as relações entre as entidades de agricultores e as de assessoria, alvos da análise do tópico a seguir.

5.2. Racionalidade das relações entre as entidades no interior da Rede Ecovida

Uma vez esclarecidas as formas de relacionamento entre as entidades e o mercado, esta sessão buscou compreender como se processam as relações entre as entidades de agricultores e as demais entidades de que possam vir a relacionar-se com elas.

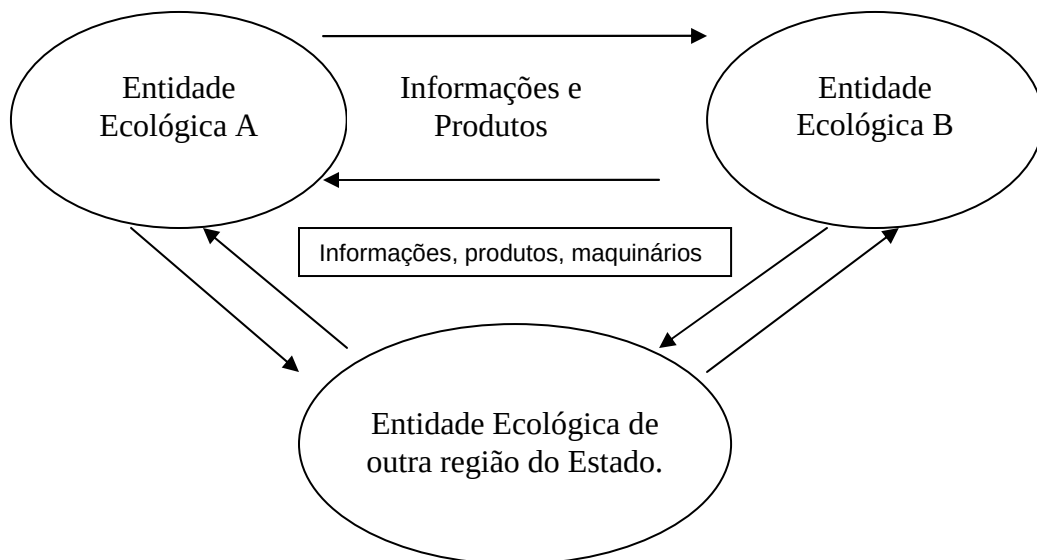
Ao contrário do que foi apresentado na sessão anterior, em que as relações com o mercado foram analisadas uma a uma conforme as entidades, nesta sessão as relações serão observadas como um todo. Serão apresentadas as outras entidades que se comunicam com as associações integrantes do sistema e quais os conteúdos destes contatos.

5.2.1 A influência do mercado nas relações entre entidades e sua importância na manutenção do sistema

Como explícito na definição de sistema utilizado na introdução deste trabalho, um sistema deve ser entendido como um conjunto de relações entre elementos em que a relação de um elemento com o outro é diferente da relação do mesmo elemento com um terceiro elemento. A preocupação deste tópico é tratar do conteúdo das relações que se estabelecem entre as entidades de agricultores que constituem o sistema.

As entidades de agricultores estudadas nesta dissertação mantêm relações com dois grupos básicos de entidades, são elas, demais grupos de produtores ecológicos que participam do sistema Ecovida em outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul (Serra ou Região sul do Estado neste caso se encontram nas feiras de Porto Alegre) e a entidade de assistência técnica. O presente tópico se preocupará em explorar o relacionamento entre as entidades de agricultores.

Figura 2: Modelo do das relações entre entidades de agricultores no interior do Sistema.



Fonte: do autor

No que diz respeito às relações com as demais entidades de agricultores ecológicos, destaca-se que estas se apresentam de duas formas:

a) relações de cunho comercial, isto é, existe entre as entidades de agricultores a prática de compra e venda entre si de produtos para a complementação e ampliação de sua linha de produtos oferecida aos consumidores.

(...) a finalidade de alguns contatos que nós firmamos com outras associações de produtores ecológicos é suprir as demandas por produtos que não são produzidos na nossa região de origem. Nós aqui do núcleo raposo utilizamos de estratégias como o intercâmbio com outras organizações de produtores que adotam o mesmo modelo de cultivo, mas que pertencem a outros pontos que integram o sistema Rede Ecovida como um todo (C. maio de 2007).

No caso deste intercâmbio com estas outras entidades, esta a que se refere o entrevistado localiza-se em outra região do Rio Grande do Sul (Serra Gaúcha), onde

o membro proprietário da agroindústria na ACERT adquire os tomates que transforma em molho.

b) Intercâmbios entre entidades que se referem à utilização de máquinas, o segundo modelo de relações.

Conforme segue o relato abaixo de um produtor (ACERT-Mampituba) que, por não possuir máquina para engarrafar seu produto, estabeleceu uma parceria com outro produtor do município de Caxias do Sul que possui a máquina. Isso é detalhado pelo produtor no trecho a seguir:

(...) funciona assim, né , eu levo sempre a minha produção de maracujás para a serra , porque eu comercializo lá em Caxias também. Daí eu tenho um conhecido lá que é ecológico que tem máquina pra engarrafar o suco da uva dele, então eu mando meus maracujás para ele e aí ele engarrafa e comercializa lá, daí metade do que ele comercializa fica pra ele (J. B. maio 2007).

Assim como ocorrem interações com entidades de outras regiões, também se processam relações do mesmo tipo no interior da própria região do Litoral Norte. Um exemplo disso foi relatado pela informante da ACERT Três Passos. Segundo a agricultora, o produtor da ACERT Raposa que possui a agroindústria, não raramente compra as sobras do que foi levado à feira e não comercializado para utilizar estas bananas como matéria-prima para a produção da schmier.

Segundo os depoimentos dos informantes, existem duas formas de se estabelecerem os contatos com seus respectivos parceiros:

- a) através de telefonemas: durante as feiras, através de conversas informais, os agricultores trocam os números de telefones para fazerem suas encomendas.
- b) através das feiras onde os contatos se estabelecem seja a partir de relações diretas ou então por meio de conhecidos em comum que apresentam as partes uma à outra.

Quando o contato é estabelecido na feira, é bastante comum que além da negociação sobre o intercâmbio do uso do maquinário também haja compra de produtos entre as partes que adotaram a prática de intercâmbio relacionado à utilização de máquinas. Isso é apontado pelo produtor no seguinte depoimento:

(...) é que como a gente compra, por exemplo, o suco de uva ou de laranja engarrafado pra vender aqui onde não se produz laranja ou

então mandar para os clientes em Santa Catarina, este tipo de parceria se torna mais fácil. Inclusive porque a gente vende nossos produtos que eles não têm para eles poderem satisfazer as necessidades da região deles” (V. ACERT Raposa).

Além dos intercâmbios relacionados ao uso de máquinas e compra de produtos, uma outra prática bastante comum de relacionamentos entre as associações de agricultores é a troca de informações sobre técnicas de plantios e/ou resolução de problemas nas lavouras. De acordo com um dos entrevistados essas informações são trocadas em situações em que ocorrem visitas a bananais ou então em eventos de agricultores denominados *Feira das Sementes*.

Nestes eventos os membros das associações têm a oportunidade de relatar suas experiências e obter informações junto a outros produtores, além disso, é possível a troca até exemplares de mudas e sementes com agricultores que adotam a mesma proposta de trabalho.

Um dos motivos que explica esta aproximação das entidades de agricultores é o fato de que por todas adotarem a prática ecológica, torna-se desnecessário o estabelecimento de contratos para o se estabelecer o modelo como serão produzidos os produtos uma vez que a procedência dos mesmos já é conhecida e certificada. Todos fazem parte do sistema Ecovida e isso dispensa tal preocupação.

Não obstante, conforme apontado pelos entrevistados, a prática de intercâmbios está relacionada, sobretudo, a motivos como beneficiamento de produtos e trocas de informações técnicas. Outra prática de intercâmbio também realizada é a interação entre grupos para a diminuição de custos de produção em geral.

Uma das modalidades de intercâmbio que possui esta finalidade é a do transporte em conjunto dos produtos para a feira. Normalmente isso acontece em períodos determinados do ano e suas motivações estão ligadas ao interesse na diminuição do custo de transporte para as feiras. Isso é retratado no depoimento que segue:

(...) é, preferencialmente nos períodos em que nós estamos passando atualmente (entressafra), fica muito caro se cada grupo levar um ônibus daqui para Porto Alegre e voltar, daí a gente procura outros grupos de agricultores e dividimos com eles, um é da ACERT Mampituba e o outro é Grupo Chapecozinho, o qual é

vizinho da ACERT (Grupo pertencente ao município de Três Cachoeiras) (V. ACERT- Três Passos).

A época de entressafra em que ocorre esta prática é entre janeiro e abril. De acordo com a agricultora, esta diminuição da produção também relaciona-se ao período em que o movimento das feiras diminui em função do de férias escolares. No referido período as pessoas evadem-se da cidade e isso gera diminuição da demanda nas feiras.

Além da justificativa relacionada ao fato da necessidade de se diminuïrem os custos relacionados a transporte, também colabora para a prática destas ações a preocupação em possibilitar a ida das demais associações à feira. Em concomitância ao fator custo, esta prática também demonstra uma preocupação com a manutenção de outras associações que sofrem pela ausência de transporte próprio para a condução de seus produtos até a feira.

A gente tem que fazer isso porque a gente não sabe como poderemos estar amanhã, hoje está ajudando, amanhã a gente pode precisar, nunca se sabe, né, além do mais a gente que é agricultor ecológico também sabemos das dificuldades dos outros porque estamos sempre juntos na feira ... (Z. APENSUL).

O depoimento acima demonstra que além de uma preocupação com o aspecto financeiro, os motivos que conduzem as instituições a agirem desta maneira também passam pelo aspecto de solidariedade entre os semelhantes, isto é, entre aqueles que dividem uma mesma identidade profissional.

Essas relações que se estabelecem entre as instituições, conforme nos apresenta Granovetter, colaboram para que se constitua aquilo que o autor define como a criação de vínculos. Esses vínculos são caracterizados quanto à sua força pela combinação de fatores como a combinação de tempo, intensidade emocional, intimidade (entende-se segundo as palavras do autor como confiança mútua) e serviços recíprocos (GRANOVETTER, 1973).

Não obstante tais fatores serem independentes, eles se encontram inter-relacionados. Conforme se observou no caso deste trabalho, a constante proximidade entre as partes envolvidas, as entidades, intensifica a proximidade dos envolvidos fazendo com que se aumente a busca por interações entre os mesmos e fortalecendo as estruturas ao qual estão inseridos.

5.2.2. A influência do mercado nas relações entre as entidades de agricultores e as entidades de assessoria

Finalmente, serão apresentadas as relações entre as entidades de agricultores e os órgãos que atuam na assessoria no desempenho de suas funções. As duas entidades que atuavam junto aos agricultores são o Centro Ecológico de Dom Pedro de Alcântara e a EMATER.

De acordo com os agricultores, apesar da presença destas duas entidades, o centro ecológico de Dom Pedro de Alcântara atua de uma forma mais próxima a eles uma vez que suas visitas são mais freqüentes, enquanto que a EMATER não possui uma atuação tão próxima. Contudo, quando questionados sobre alguma ineficiência do serviço do órgão estadual de Extensão Rural, a resposta foi negativa.

A maior proximidade com o Centro Ecológico é explicada pelo fato de que quando se iniciou o processo de formação dos agricultores na prática da agricultura ecológica os técnicos desta entidade foram responsáveis pelo curso de formação.

Nota-se que no que se refere à relação que se estabelece entre as duas partes, ou seja, o agricultor e o técnico seguem a seguinte lógica: o agricultor, em função da própria proposta da referida modalidade de agricultura, contribui com seu conhecimento no que diz respeito ao plantio, afirmando o que deveria ser plantado de acordo com a sua experiência de trabalho dentro da região, bem como informando qual o seu melhor período.

Porém, este agricultor, desconhece como se processam as práticas de manejo dentro de modelos agro-florestais (método de cultivo dentro da proposta da agroecologia). É neste momento que surge a figura do técnico, que assume o papel de instruí-lo no sentido de suprir a falta de conhecimento do agricultor no que se refere a esse aspecto.

Percebe-se neste momento o início de uma relação de dependência do agricultor para com o técnico, cujos contornos são bastante semelhantes aos que se estabelecem entre o técnico e os agricultores no caso da agricultura tradicional, conferindo assim a agricultura ecológica semelhanças à convencional.

As explicações fornecidas por Gehlen (1998), no que se refere às conseqüências da ação da modernização da agricultura, podem ser usadas também para explicar a conseqüência da adoção da proposta agroecológica para os

agricultores. Segundo o autor, para ser um agricultor moderno é necessário que ele, o agricultor, se profissionalize.

Neste processo de profissionalização, que ocorre na agricultura ecológica, o saber tradicional é também apropriado somente em parte. Pelo fato de o outro saber, o saber técnico científico, ser apresentado pelo técnico, seguindo assim a mesma lógica apresentada por Gehlen (1998), quando o autor se referia à modernização da agricultura convencional.

Porém, ainda que essa possa ser vista como uma relação exploratória, conceber o agricultor como uma vítima das circunstâncias seria um erro. Se por um lado o agricultor é dominado pelo mercado que o obriga a adotar as determinações do técnico, por outro o produtor também tem vantagens com isso. O agricultor ecológico aproveita-se dessas relações para obter o suporte que lhe possibilitará explorar este nicho de mercado podendo, assim, usufruir da estrutura de comercialização que o sistema proporciona.

Dessa forma, o conhecimento técnico colabora para a materialização da profissionalização do agricultor e, conseqüentemente, para a mudança de sua identidade profissional (mudança de agricultor para um tipo específico de agricultor, o agricultor ecológico) e assim possibilitando que se alcance via a instrução dada pelo técnico o patamar de qualidade que os consumidores deste nicho de mercado exigem.

O resultado de todo esse processo de profissionalização pode ser observado através de exemplos diretamente relacionados ao agir dos agricultores, dentre os quais se pode apontar a preocupação com a estética do produto no momento da venda. Tal preocupação se traduz em cuidados no momento de retirada das bananas da roça, na acomodação dos frutos e no transporte. Nesse sentido, as caixas de madeira, comumente usadas para condicionar os frutos são substituídas por caixas de plástico, que segundo as informações do técnico possibilitam que o fruto além de não ficar “ferido” ao ser transportado, também facilite a circulação do ar no interior da caixa, bem como o uso de divisórias de espuma muito fina para absorver a pressão entre os frutos empilhados no interior das caixas, evitando assim que se cause algum tipo de dano ao produto durante seu transporte.

Como foi possível observar nos relatos dos agricultores, os consumidores de produtos provenientes da agricultura ecológica são diferenciados dos consumidores convencionais. Segundos os informantes, esta diferença se caracteriza pela

exigência por um produto de qualidade. Assim, o consumidor passa a ser o termômetro da qualidade do trabalho, fato que conduz o agricultor a buscar sua constante qualificação para suprir as exigências do mercado.

Acerca da busca por aprimoramento em função das exigências mercadológicas resgata-se Jean (1993). O autor comenta sobre a relação do agricultor moderno, aquele integrado ao mercado, com o próprio mercado. Jean afirma que nesta relação a complexidade exigida pelo mercado para o agricultor não necessariamente traduz-se em maiores dividendos para o trabalhador rural. O agricultor precisa de conhecimentos e de aprendizado tais, que se encontram distantes do trabalho não qualificado, que muitos às vezes classificam a atividade rural.

Neste momento, percebe-se a importância da figura do técnico para a manutenção deste trabalho. O técnico não só atua na formação, mas também em outros aspectos do trabalho do agricultor. Foi possível acompanhar a atuação da equipe de extensionistas rurais a dois agricultores no período do campo. Seus trabalhos na ocasião estavam relacionados ao acompanhamento dos agricultores no que diz respeito à legalização da extração do palmito.

De acordo com as explicações do Técnico responsável pelo trabalho, aquele procedimento era necessário porque como a área na qual os bananicultores trabalham tem resquícios de Mata Atlântica, qualquer alteração precisa ser comunicada aos órgãos públicos de defesa do meio ambiente como é o caso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e a Secretaria Estadual do meio Ambiente (SEMA).

Além destes serviços, a relação entre o Centro Ecológico e as entidades de agricultores também se estabelecem por meio de reuniões técnicas. Nestas reuniões as associações de agricultores expõem suas dificuldades e soluções de problemas no que diz respeito à produção.

Deste modo, os agricultores passam a adotar uma postura mais profissional que obedece aos parâmetros do mercado e o aspecto legal determinado pelas autoridades e que assim, possibilitam que os mesmos se mantenham inseridos no mercado tornando possível a continuidade do sistema de trabalho no qual participam.

6 EM BUSCA DO ENTENDIMENTO DA REALIDADE: (re)construindo uma nova verdade

Até o presente momento foram feitas análises relacionadas ao empírico e puderam ser observadas algumas relações entre a teoria e o próprio empírico. A proposta deste capítulo, por sua vez, foi o desenvolvimento de reflexões sobre as hipóteses lançadas no início desta pesquisa em confronto ao que mostrou o desenvolvimento do presente trabalho.

Para tanto, evidentemente, é mister retomar a pergunta que originou todo o esforço de pesquisa e que conduziu os trabalhos desenvolvidos. Deste modo, tinha-se como pergunta inicial *“O funcionamento do sistema “Ecovida” é mantido através de que racionalidades?”*

6.1. Da invasão à evasão do sistema: desorganizando para encontrar uma nova organização

No momento da formulação do questionamento fundamental da dissertação, a percepção era de que para o alcance da resposta bastaria apenas entender os motivos que levaram as entidades de agricultores estudadas a inserir-se no sistema. Porém, o desenvolvimento do trabalho demonstrou que para entender como a organização do sistema atua no desenvolvimento do trabalho das entidades de agricultores, tornou-se necessário compreender as razões que as conduziram ao engajamento na prática da agricultura ecológica.

O resultado obtido a partir da opção por esta linha de investigação possibilitou o alcance das seguintes respostas. Quando foram questionados, os informantes, sobre o que os conduziram à adoção da prática da agricultura ecológica, obteve-se como resposta a busca por condições de se garantir sua reprodução através da agricultura.

Tal resposta foi a que se repetiu entre os entrevistados. Entretanto, em duas das entidades pesquisadas os entrevistados alegaram que também foram motivados pela ocorrência de problemas de saúde, relacionados à exposição aos venenos utilizados na lavoura convencional.

Compreendido o que os conduziu a adoção da agricultura ecológica, buscou-se responder o que os fez inserir-se no sistema ao qual participam, isto é, a Rede Ecovida. Assim, percebe-se que quando os agricultores apontavam o porquê da inserção na rede, as respostas seguiam o mesmo padrão de respostas da pergunta anterior. Tanto para a primeira como para a segunda resposta foi apontado que se constituía numa alternativa para continuar trabalhando na agricultura e que havia demanda por este produto.

Contudo, entre as respostas também foi apresentado como motivo para a inserção a possibilidade de ter seu produto vinculado a uma “marca forte”. Além disso, foi apontado o fato de que estando vinculados ao sistema Ecovida teriam a possibilidade de utilizar-se de mais um veículo de promoção de sua produção desvinculando-se assim do atravessador, graças à possibilidade de participação em feiras e programas governamentais (Fome Zero) e também através de vendas para órgãos governamentais.

Assim, compreende-se que, embora ocorridos em espaços de tempo diferentes, tanto a opção pelo engajamento na prática da agricultura ecológica quanto à própria incorporação ao sistema constituem ações motivadas por fins, conforme nos apresenta Weber (1999).

Tal afirmação poderia ser refutada utilizando-se de argumentos tais como o de que as ações de engajamento na prática da agricultura ecológica e também a escolha por incorporar-se ao sistema poderia ser motivado por valores.

Porém, ainda que a as afirmações dos entrevistados seja relacionada, por exemplo, a motivação por permanecer na agricultura, transmita inicialmente a idéia de que isso possa estar relacionada a um vínculo à sua origem, uma vez que todos são originários de família de agricultores, é invalidada. Pois como foi dito por um dos agricultores:

(...) eu poderia ir para a cidade como alguns de seus irmãos foram, porém não fui porque sabia que na cidade estaria difícil também, mas trabalhando nesta proposta ecológica eu tô satisfeito com os resultados embora ainda possa melhorar (V. S. ACERT, Maio 2007)

Para o entrevistado, sua satisfação deve-se ao fato de que consegue sustentar sua família e também por perceber que a venda não é tão incerta como quando não trabalhava dentro do sistema Ecovida.

Nota-se então, o que Weber (1987) entende como o diferencial entre a ação por valores ou por tradição e a ação por fins, uma vez que pelo fato dos entrevistados entenderem que adotar as duas ações comentadas (engajamento na agricultura ecológica e num segundo momento a adesão ao sistema), constitui-se como uma maneira de se conseguir manter e também sua família e uma vez ciente disso perceber em um segundo momento que estão dando continuidade a história do envolvimento de gerações anteriores e presentes de sua família na agricultura.

Obviamente, a mudança de uma base de produção convencional para a ecológica deu-se pela apresentação do modelo por um agente externo. Houve vários agentes envolvidos, entre os quais se destaca a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta entidade de base da Igreja Católica para a construção de uma identidade entre os agricultores ecologistas e para a própria inserção dentro do sistema Ecovida uma vez que o trabalho de formação e informação política desenvolveu-se através da CPT.

O desenvolvimento desta formação a partir do grupo pioneiro que hoje é representado pela ACERT (Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres) e o seu conseqüente, êxito conduziram outras entidades a se organizarem da mesma forma e assim interagirem uns com os outros. Primeiro esta interação passou pelo estágio da observação de uma das partes sobre o desenvolvimento da tarefa que o observado desempenhava. A partir disso o observador, ao perceber as vantagens obtidas pelo observado, passaria a adotar a mesma postura.

A diferença é que ao contrário de ao adotar a mesma prática e verem-se como conflitantes, a formação recebida pelas entidades de agricultores contribuiu para que se fortalecesse oposta a isso.

Tal fato é explicado por Berger & Luckman (1978) pelo fato de no momento em que se ao mesmo tempo um passa a adotar ações do outro e vice versa, supera-se a noção de que a ação praticada por um deles seja vista como ameaça para o outro. Assim, ambos poupam-se de uma carga de tensão e dispêndio de esforço no sentido de superar um ao outro, criando vínculos de integração entre os envolvidos, sejam eles enquanto indivíduos ou entidades.

Por meio destes vínculos, percebe-se que no interior do sistema as entidades e, conseqüentemente, os integrantes das mesmas encaminham-se por uma seara que se afasta da lógica da concorrência entre os mesmos. Tal fato pode ser percebido em ações como, por exemplo, a utilização de uma única banca na feira por membros de uma entidade. Já a ausência de concorrência entre as entidades manifesta-se na troca de informações técnicas, comercialização entre agricultores de diferentes regiões do estado nos espaços de feira e acordos para a utilização de maquinários, inclusive entre agricultores de regiões diferentes.

Assim, percebe-se que, ao contrário do que fora inicialmente lançado como hipótese no início deste trabalho, ou seja, que a organização do sistema atua no desenvolvimento do trabalho das entidades de agricultores possibilitando compartilhamento de técnicas entre os participantes, mas não na utilização de equipamentos e produtos.

Notou-se que a hipótese lançada confirma-se, mas vai além, pois através dos diversos compartilhamentos possibilitados pelo modelo de organização, a continuidade do sistema é estabelecida tanto no que diz respeito ao aspecto técnico quanto no social e mercadológico, como veremos na seção seguinte.

As observações em campo mostraram que a prática do compartilhamento de técnicas é uma manifestação do modelo de organização do sistema. Este compartilhamento, manifestado tanto nas relações entre agricultores no interior das entidades como também entre entidades, conduz a inferir que duas racionalidades co-existem no interior do sistema e que conseqüentemente o mantém.

A primeira destas racionalidades está diretamente relacionada à seguinte característica, os agricultores possuem proximidades a características típicas de agricultores camponeses apresentadas por Shanin (2005). Tanto nas características de unidade familiar como nas de base da organização social, trabalho na terra e principalmente vivencia em pequenas comunidades rurais. Entretanto, não se tratam de agricultores camponeses.

Deste modo, as características acima citadas conferem ao sistema uma racionalidade que contribui para a coesão entre os agricultores integrantes por estarem todos juntos, colaborando para a continuação do mesmo. Segundo Abramovay (1998, p.109), tal fato é explicado pelo fato de que embora as unidades de produção sejam individuais elas não se vinculam apenas por laços impessoais

regidos pelo mercado, uma vez que são nas comunidades em que estão inseridas as unidades que se operam a socialização dos responsáveis pelas unidades.

É nesta perspectiva que se percebeu a confirmação da hipótese de que a organização do sistema atua no trabalho dos agricultores no que concerne ao compartilhamento de técnicas. Esse compartilhamento de técnicas é visto como um produto da influência de características camponesas no dia-dia dos observados, conforme comentado entre os próprios agricultores.

Tal consideração é sustentada no fato de que este compartilhamento de técnicas assume, em alguns casos, contorno de ajuda mútua. Sendo uma conduta praticada entre indivíduos e entre entidades e que se repete em outras regiões onde o sistema Ecovida existe.

Desta maneira, cria-se uma relação de proximidade entre os participantes desta prática, que no limite, possibilita a compreensão de que todos comungando esforços de maneira conjunta chegam a resultados melhores para cada envolvido do que se a ação fosse individual.

Tal fato vai ao encontro do que propôs Bertalanffy (1973), quando afirmou que o todo é maior do que a soma das partes, ou seja, a manutenção deste sistema de trabalho é mais importante do que o resultado das ações de cada um. O todo significa a continuidade da forma de trabalho ao longo do tempo e isso depende da ação de cada um somada a dos demais.

Por outro lado, também se descobriu-se um elemento que não foi considerado na hipótese, isto é, que a organização também atua no sentido de conferir contornos mais profissionais ao trabalho dos agricultores, ou seja, quando se trata de relações comerciais entre os agricultores.

Neste caso, as relações entre os agricultores e entre as entidades dos mesmos desassociam-se de vínculos não mercadológicos e passam a adquirir puramente vínculos mercadológicos, tem-se também a ação das entidades de assessoria que por sua vez também corroboram neste aspecto mercadológico, pois a assessoria prestada por elas visa o enquadramento da produção dentro das exigências do contexto maior ao quais os produtores estão inseridos, ou seja, o mercado.

Na seção seguinte se analisa, a partir da segunda hipótese proposta, como o mercado influencia na racionalidade dos agricultores.

6.2 Para além do comércio: a extrapolação da racionalidade de compra e venda na relação com o mercado

Uma vez entendida a atuação da organização do sistema no desenvolvimento do trabalho das entidades de agricultores, busca-se agora a análise da influência do mercado na racionalidade destas. Em todos os casos analisados, notou-se uma heterogeneidade de iniciativas que objetivam interagir com o mercado, seja ela relacionada à comercialização, seja relacionada às estratégias de promoção de produtos.

No que diz respeito às estratégias de promoção dos produtos, observou-se a utilização de produtos *in natura* (banana, olerícolas, feijão, gengibre entre outros). Tal fato demonstra a preocupação das entidades, por meio de seus integrantes em obter uma maior inserção no mercado, uma vez que buscam associar a comercialização de produtos *in natura* com os que foram submetidos a algum processo de beneficiamento para a agregação de valor (Schmier de banana, molho de tomate, polpa de maracujá engarrafada banana em passas e bolos).

Especialmente no caso dos produtos beneficiados, estes assumem um caráter fundamental na sustentabilidade do sistema, isto acontece, devido ao fato de que em alguns casos estes produtos são obtidos por meio de interações entre entidades dentro e fora da área do litoral Norte. As interações são explicadas pela necessidade de se suprir as demandas dos consumidores que procuram produtos que não são produzidos na área do litoral Norte e que além de serem trazidos para o litoral norte, necessitam também estar no mesmo patamar de qualidade.

Porém, a demanda não é suprida com gêneros alimentícios quaisquer, estes são provenientes de entidades de agricultores que estejam praticando o mesmo modelo de produção e participando do sistema Ecovida em outros núcleos. Eis que as feiras tornam-se o espaço possibilitando a conexão entre produtores de diferentes regiões mais exatamente as Feiras da Capital do Estado.

Assim, manifesta-se a imposição do mercado pela qualidade porque para manter-se trabalhando nas feiras e integrando às entidades e o agricultor só deve comercializar apenas os produtos provenientes de entidades que também integram a Rede.

A segunda situação que o mercado impõe sobre os agricultores no que diz respeito aos aspectos de qualidade do produto é a constante submissão aos processos de qualificação profissional, com o intuito de melhorar a qualidade do trabalho e continuar fazendo com que seus produtos sejam atraentes aos consumidores os quais estão sendo oferecidos e assim dar continuidade ao processo que retro alimenta a relação entre produtores e consumidores.

Existem consumidores que compram produtos há mais de dez anos e a razão desta fidelidade, segundo os relatos dos produtores entrevistados, relaciona-se ao fato de os consumidores na feira e nas cooperativas de consumo já conhecerem o trabalho de muito tempo.

Estas relações entre consumidores e produtores ao fazer que estes (os agricultores) passem a ir buscar junto aos seus pares de outras regiões os produtos demandados pelos seus clientes e a busca pela qualificação profissional (melhoria de técnicas, troca de informações) contribui no fortalecimento das estruturas do sistema, pois reafirma a identidade dos agricultores ecológicos sobre dois parâmetros considerados na formação da identidade conforme Castells (1996).

No que diz respeito a identidade de resistência, o autor explica que ela relaciona-se às formas de resistência coletiva diante de uma opressão sofrida por atores que se encontram em uma posição desvalorizada em relação à lógica da dominação, constroem trincheiras de resistência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições.

A aceitação desta proposta de produção de alimentos por parte dos consumidores conduz os produtores cada vez mais para uma melhor articulação entre si. Esta articulação objetiva se fortalecerem e assim preencher maiores espaços no mercado que hoje é dominado pelos produtores convencionais. Conforme pode ser observado em adesivos ostentados pelos ecológicos, afirmando assim sua identidade de agricultores ecológicos.

A partir da aceitação pelo mercado e conseqüente organização e articulação das entidades, percebeu-se a manifestação das ações relacionadas à formação da identidade de projeto. Nesta, os atores utilizam-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance para construir uma nova identidade que seja capaz de redefinir sua posição na sociedade, tendo como objetivo maior a transformação da estrutura social.

Pode-se afirmar então que diversos fenômenos e diversos atores estão envolvidos no processo que explica a racionalidade da organização do sistema Ecovida no litoral Norte. Tal fato nos remete às palavras de Morin (2005), quando o autor argumenta que a diversidade é o resultado do nível de complexidade em que se encontra inserido um sistema. Para o autor, a diversidade, seja de atores e ou de fenômenos, é o elemento que organiza a unidade, ou seja, o sistema e que por sua vez o próprio sistema organiza esta diversidade.

No caso da presente dissertação o funcionamento deste processo descrito por Morin seguiu a seguinte lógica. A interação entre os atores e também a conseqüente interação de fenômenos resultantes da interação dos atores organizaria a unidade complexa ao qual eles estão envolvidos, que por sua vez no momento em que haja transformações no sistema estas influenciarão nas relações entre os diversos atores e os fenômenos resultantes da interação entre eles.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização de agricultores em modelos de entidades como as que se apresentam, na dissertação, configura-se como uma real possibilidade de manutenção de suas atividades laborais e, conseqüentemente, um viabilizador para o suprimento das demandas de suas famílias e, assim, possibilitar a permanência do agricultor no espaço rural.

A argumentação apresentada fundamenta-se no fato de que a organização desse modelo de trabalho baseia-se em características como o encurtamento das relações entre produtor e consumidor, a chamada venda direta, somada ao argumento da produção de gêneros alimentícios produzidos dentro da proposta ecológica, sobretudo em tempos em que o discurso do “ecologicamente correto” encontra-se bastante em voga.

Tanto o encurtamento da cadeia quanto a produção com base em uma proposta ecológica contribui na capacidade de manutenção do sistema ou sustentabilidade do mesmo, pelo fato de que mostra a manifestação de características consideradas por Deponti & Almeida (2001) como importantes contribuintes para a sustentabilidade do mesmo, isto é a característica da equipe que deve ser entendida como a capacidade de se gerar um sistema seguro para a sociedade ao mesmo tempo em que não compromete as necessidades das próximas.

Entretanto, embora na organização do sistema analisado existam todas essas características acima citadas, nada disso seria suficiente para a manutenção do mesmo se não houvesse a presença de uma racionalidade econômica entre as próprias entidades como reflexo da mesma racionalidade que existem entre os agricultores.

Tal racionalidade pode ser apontada a partir de exemplos como a presença de uma lógica burocrática na organização das entidades, além da própria afirmação de que a opção pela prática ecológica teve como maior peso em suas decisões, o fato da existência de consumidores dispostos a adquirir estes produtos.

Ainda se apropriando das idéias dos autores acima citados, percebe-se a presença de outra característica apontada pelos autores que contribuem para a

capacidade de um sistema manter-se: a integração entre as dimensões econômicas, social, ambiental e cultural.

Ao se comentar sobre esta racionalidade econômica, pode-se passar a impressão de que aqui se faz uma crítica à supremacia desta sobre a racionalidade não econômica também percebida no interior do sistema. Porém, é necessário refinar a explicação, pois embora a racionalidade econômica dos agricultores seja a principal no bojo do sistema, isto não é motivo para críticas.

A isenção de críticas reside no argumento de que pelo fato de os agricultores estarem inseridos num contexto em que o mercado é o principal guia das ações, embora se reconheça que ela não é a única, os próprios agricultores necessitam integrar-se a eles. Explicando-se então a importância da dimensão econômica na capacidade do sistema manter-se.

Afinal, a partir da coexistência das duas racionalidades presentes (a econômica e não econômica), as entidades de agricultores e, conseqüentemente, os próprios agricultores têm conseguido manter-se e garantir aos seus entes uma vida se não ideal, pelo menos um pouco mais digna conforme os relatos dos próprios.

Quanto às dificuldades surgidas durante a elaboração da dissertação, deve-se relatar dificuldades relacionadas a entrevistas no qual todo o conteúdo tinha que ser redigido em papel e também registrado em áudio as demais observações feitas durante a entrevista, fato ocorrido pela exigência de alguns entrevistados em não autorizarem sua entrevista ser gravada.

Alguns entrevistados pediram para não serem identificados e outros se recusaram a revelarem seus sobrenomes, tal fato era explicado pela afirmação de que estavam desconfiados dos objetivos da conversa, entretanto é importante ressaltar que uma vez respeitada a decisão a entrevista transcorria sem problemas.

Quanto aos objetivos, identificou-se que a organização do sistema atua no desenvolvimento do trabalho das entidades de agricultores, no sentido de possibilitar trocas de técnicas e também de acordo para uso de maquinários e comércio entre eles de produtos. Cumprindo-se assim o primeiro dos objetivos completamente.

No que se refere ao segundo objetivo específico, apontar quais são as influências do mercado na racionalidade dos agricultores que compõe o sistema ficou entendido que o mercado influencia na racionalidade dos agricultores. Isso acontece tanto no que diz respeito à busca de produtos não produzidos na região de origem dos produtores, quanto no entendimento da necessidade de se qualificar

para suprir as exigências de seus clientes, alcançando-se o objetivo inicialmente traçado.

Sugere-se como questões relevantes para próximos estudos a investigação dos fatores que levam os agricultores ao abandono da prática ecológica. Além disso, seria de grande importância estudar qual a percepção da prática ecológica por parte dos jovens que permanecem no meio rural. Eles compreendem a agricultura ecológica como um viabilizador de sua permanência no espaço rural? Tal prática desperta neles o desejo pela busca de formação em áreas relacionadas ao trabalho na agricultura?

No tocante ao modelo organizacional do sistema estudado, seria uma relevante proposta de estudo comparar os modelos e suas formas de funcionamento, preferencialmente em outras regiões do país afim de se compreender que diferenças são encontradas e, se possível usar estas diferenças como um potencial solucionador de dificuldades em outras áreas.

São algumas das perguntas que servem de sugestão para novas investigações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2. ed. São Paulo: Unicamp/Hucitec, 1998. 275p.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável**. Porto Alegre. Editora Universidade/UFRGS. 2001. 110 p.
- ALVES, C. F. **Agricultura Ecológica: do Engajamento Possível à Retribuição Esperada**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre. 2004.
- BERGER P. & LUCKMAN, T. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1978.
- BERTALANFFY, L. V. O significado da teoria geral dos sistemas. In: **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1973. p. 52-81.
- BONILLA, J.A. **Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992. 360 p.
- CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 530p.
- DEPONTI, C. M. & Almeida J. **Indicadores para Avaliação da Sustentabilidade em Contextos de Desenvolvimento Rural**: In: Anais do VI Congresso da Associação Latina Americana de Sociologia Rural, Porto Alegre, novembro de 2001.
- FONSECA, M. F. **A Institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ: Rio de Janeiro, 2005. p. 1-96.
- GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: Ferreira, D. D.; BRANDENBURG, A. **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 51-70.
- GRANOVETTER, M. S. **The strength of weak ties**. *American Journal of Sociology*; Stanford University. V. 78, nº6, 1973.1360-80.
- HABERMAS, J. & HORKHEIMER, B. **A ciência e a técnica como ideologia**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes 2002.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Editora Contexto, 2002. 176 p.
- JEAN, B. A Forma Social da Agricultura Familiar Contemporânea: Sobrevivência ou Criação da Economia Moderna. In: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFRGS,v.6, 1994. p. 51-75.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas,1991.
- LUFT, L. **Dicionário de Língua Portuguesa**. São Paulo: Atica, 1999. p. 624.
- LUHMANN, N. **Introducción a la Teoría de Sistemas**; Traducción Javier Torres Nafarrante. Guadalajara/México, Iteso/Anthropos Editorial Del hombre.1996.

LUTHER, A. **Reconfiguração do Território: Transformações Socioambientais em Arroio Grande/Santa Maria-RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS: Porto Alegre, 2005. 88p.

MATURANA R. H. & VARELA G. F. J. Prefácio: Vinte anos depois. In: **De máquina e seres vivos: Autopoiese – a organização do vivo**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1975. p. 9-34.

_____. Introdução. In: **De máquina e seres vivos: Autopoiese – a organização do vivo**. 3. ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 65-8.

MAXIMIANO, A. C. **Introdução à Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.p.10-5.

MAYER, A. C. A Importância dos Quase Grupos no Estudo das Sociedades Complexas.In: Bela Feldman-Bianco (Org). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. São Paulo: Global. 2003. p.127-215

MORIN, E. A organização (do objeto ao sistema). In: **O método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005. p. 122-34.

PIANA, A. Agricultura Orgânica: **A Subjacente Construção de Relações Sociais e Saberes**. Dissertação de Mestrado.Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ: Rio de Janeiro, 1999. 92p.

REDE ECOVIDA, **Caderno de Normas**. Sul do Brasil: Rede Ecovida, 2000. disponível em <http://www.ecovida.org.br/arquivos/79.pdf> acessado em 1º maio de 2007.

RICOTTO, A. J. **Uma Rede de Produção e Comercialização Alternativa para a agricultura Familiar: O Caso das feiras Livres de Misiones, Argentina**: Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2002, p. 6-35.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho Estudo Sobre a Submissão do Trabalho Camponês ao Capital**. São Paulo: Hucitec, 1978. 25-63.

SCHERER WARREN, I. **Cidadania Sem Fronteiras: Ações coletivas na Era da Globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 95 p.

_____.**Redes e sociedade civil global**. In Sergio Haddad (org.), **ONGs e universidades: desafios para cooperação na América Latina**. São Paulo: Abong/Peirópolis, 2002, p.63-92.

SCHNEIDER, S. **A Pluratividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 192p.

SCHUTZ, G. **Relações com o Mercado e (Re) construção das Identidades Sócio Profissionais na Agricultura Orgânica**. Tese de Doutorado. Programa de Pós - Graduação em Agronegócio /UFRGS: Porto Alegre, 2006. 280 p.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. In: **Revista Nera**. Presidente Prudente (SP): Ed.UNESP,2005. p. 5-21.

TEDESCO, J. C. **Terra, Trabalho e Família: Racionalidade produtiva e ethos Camponês**. Passo Fundo (RS): UPF Editora,1999. p. 79-123.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 20ª. ed. São Paulo: LP & M, 2006. 96 p.

_____. **Economia e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Ed. UNB, 1999.

_____. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

113 p.

ANEXOS

Roteiro 1

Publico alvo: Representante das Instituições de Agricultores Nome do Entrevistado: Nome da instituição: Cidade:
--

I- Trajetória Pessoal:

Origem
Relação com a agricultura
Procedência
Família
Como era o lugar
Produção

II- História da Instituição:

Formação
Antes da rede Ecovida
Antes da produção orgânica
Razoes da mudança
Opção
Processo de inserção na rede

III- Funcionamento interno

Troca de informações
Decisões coletivas
Estratégias de comercialização
Escolha do representante
Volume de produção
O que é produzido
Inserção

IV- Relações Inter-institucionais

Com outras instituições de agricultores
Instituições técnicas
Aproximação

V- Projetos de continuidade:

Interesse dos agricultores
Novos integrantes?
Satisfeito com os resultados
Planos para o futuro

Roteiro 2

Publico alvo: Agricultores

Nome do Entrevistado:

Nome da instituição:

Cidade:

I- Trajetória Pessoal:

Origem

Relação com a agricultura

Procedência

Família

Como era o lugar

Produção

II- História na Instituição:

Razões para inserir-se

Processo de inserção na rede

Vantagens e desvantagens da opção pela inserção

Percepções sobre o trabalho caso não estivesse inserido

III- Funcionamento interno:

Troca de informações influenciando no trabalho

Estratégias de comercialização influenciando no trabalho individual

Resolução de problemas

Vantagens e desvantagens

IV- Relações Com outras instituições de agricultores

Influências no trabalho individual

Vantagens e desvantagens

Percepções sobre o trabalho caso estas interações não existissem

V- Projetos de continuidade:

Satisfeito com os resultados

Planos para o futuro



Bananais no Município de Morrinhos do Sul
Fonte: Trabalho de Campo, 2007.



Reunião da ACERT no município de Três Cachoeiras
Fonte: Trabalho de Campo, 2007.



Ação de Extensão de técnico do Centro Ecológico de Dom Pedro de Alcântara.
Fonte: Trabalho de Campo, 2007.

ACERT
ASSOCIAÇÃO DE COLONOS ECOLOGICOS DE TORRES
ESTATUTO

Capítulo I :

Denominação, Sede, Foro e Fins

Artigo I

A Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres , de sigla ACERT, é uma sociedade civil de personalidade jurídica sem fins lucrativos, fundada em 08 de agosto de 1992, rege-se pelo presente estatuto e seu regimento interno, bem como disposições legais vigentes, com duração indeterminada.

Artigo II

A ACERT é uma instituição de âmbito regional, com endereço em Morro Azul, Caixa Postal 72- Três Cachoeiras- RS, Cep 95578-990 e foro em Torres- RS.

Artigo III

A Associação ACERT é composta por três núcleos. Núcleo Três Passos, Núcleo Mampituba e Núcleo Raposa.

Parágrafo Único: Cada núcleo é responsável pelo transporte de sua produção.

Artigo IV

A Finalidade da ACERT conforme especificação abaixo, abrange todo o campo da agricultura ecológica, definida como um conjunto de práticas que abrange a geração de tecnologias e produção comercialização e socialização dos conhecimentos, sem o emprego de agrotóxicos, biocidas, adubos químicos, sintéticos, hormônios e organismos geneticamente modificados, e quaisquer outros insumos ou práticas que venham representar riscos à saúde e ao meio ambiente, ou o desequilíbrio de ordem social :

I – Viabilização da propriedade rural através da agricultura ecológica bem como a integração entre os seus associados visando a superação em conjunto de seus problemas comuns.

II- Empenho na produção, industrialização e comercialização dos produtos produzidos pelos associados.

III- Programar as produções agropecuárias dos seus associados.

IV- Estimular o desenvolvimento de uma consciência política de participação comunitária através da agricultura ecológica.

V- Representar os associados em suas reivindicações junto aos poderes constituídos.

VI- Promover encontros, cursos e outras atividades educacionais visando a formação dos associados e/ ou interessados.

Capítulo II :

Do patrimônio e da Receita

Artigo V

O patrimônio será constituído em dinheiro em espécie, depósitos bancários e direitos que a associação adquirir ou adquiriu.

Artigo VI

A receita será constituída de :

I Contribuição dos associados .

II Doação de pessoas físicas e entidades jurídicas, mediante a aprovação da Assembléia Geral.

III Contribuição de 2% da receita bruta de cada núcleo, sendo 15 repassado para o Centro Ecológico – Ipê e 1 % para investimento em formação, cursos, reuniões , etc...

IV Receitas de quaisquer outras atividades que possam servir aos interesses objetivos da associação.

Parágrafo Único: O ano sócio financeiro coincidirá com o ano civil.

Capítulo III :

Dos Associados

Artigo VII

A Associação é formada por três tipos de associados :

I – Sócios Agricultores

II- Sócios Colaboradores

III- Sócios Agricultores Especiais

Parágrafo Único : Os sócios colaboradores não podem ultrapassar os (25%) vinte e cinco por cento do total do quadro social.

Artigo VIII

São Direitos dos Sócios:

Votar e serem votados para cargos eletivos.

I Participar das assembléias e apresentar propostas.

II Comercializar seus produtos com o aval da ACERT, deste estatuto.

III Ser informado pela coordenação sobre quaisquer assuntos relativos à ACERT.

IV Gozar de todos os benefícios que venham a ser proporcionados pela associação.

V Solicitar exclusão dos quadro social.

Artigo IX

São Deveres dos Associados :

- I Participar e acatar as decisões tomadas nas assembleias.
- II Cumprir o Estatuto, bem como qualquer resolução aprovada pela assembleia geral.
- III Estar em dia com as obrigações financeiras na associação.
- IV- Ser um permanente fiscal de si e de seus companheiros (as), zelando pelo nome da associação, pelo patrimônio desta e pela integração entre seus membros.
- V Votar e ser votado para cargos eletivos.

Artigo X

Os associados não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela associação.

Capítulo IV

Das Assembleias Gerais

Artigo XI

A Assembleia geral, ordinária e extraordinária é soberana da associação, dentro dos limites da lei e deste estatuto tomará toda e qualquer decisão de interesse da associação.

§ 1º As assembleias gerais serão bimestrais e servirão como espaço de formação.

§ 2º A assembleia geral extraordinária será convocada a requerimento de no mínimo (1/3) em terço dos associados em pleno gozo dos seus direitos ou pela coordenação.

Artigo XII

Compete à assembleia Geral :

- I Eleger a cada ano a coordenação.
- II Deliberar sobre a reforma deste estatuto.
- III Aprovar ao término de cada exercício financeiro, a apresentação de contas da coordenação.
- IV Aprovar e alterar o regimento interno
- V Apreciar propostas elaboradas pelos sócios.
- VI Decidir sobre a aquisição, a venda e? ou alienação de móveis e imóveis.
- VII Deliberar sobre a admissão e demissão de sócios de acordo com o regimento interno.
- IX Aprovar ou não os membros da comissão de ética eleita pelos núcleos.
- X Admitir funcionários para qualquer função dentro da associação.
- XI Estipular o valor da contribuição dos associados.

Capítulo V

Da Coordenação

Artigo XIII

A ACERT será administrada por uma coordenação eleita e empossada pela assembléia geral com um mandato de um ano podendo ser reeleita uma vez.

Artigo XIV

A coordenação, se comporá de 5 (cinco) membros para exercerem as funções de coordenador, secretário, vice – coordenador, tesoureiro e suplente. A eleição será livre e direta sendo eleitos os mais votados para cada cargo .

§ 1º Em caso de empate entre dois ou mais associados, o mais velho, como sócio, será considerado eleito.

§ 2º Na coordenação deverá existir no mínimo 60% de sócios agricultores.

Artigo XV

Compete a Coordenação :

I Liderar ou coordenar os trabalhos gerais relativos à associação, dentro dos limites deste estatuto.

II Cumprir e fazer cumprir o regimento deste estatuto e o regimento interno da associação.

III Promover o controle permanente da qualidade dos produtos de seus associados.

IV Apresentar relatório balanço e prestação de contas ao final de cada exercício financeiro.

V Autorizar, ou fazer o pagamento de despesas ordinárias e extraordinárias.

§ Único: Todos e quaisquer documentos e papéis que constituírem obrigação, especialmente cheques emitidos, notas promissórias, aceites, endossos, contratos, bem como correspondências que exonere a responsabilidade de terceiros, somente serão apo níveis à associação se contiverem, obrigatoriamente, as assinaturas de dois membros da coordenação designados para tal fim. Para correspondência deverá ser o coordenador e o tesoureiro.

Capítulo VII

A comissão de ética

Artigo XVI

Os núcleos deverão eleger 3 (três) sócios que consatituirão a sua comissão de ética.Cada núcleo da ACERT elegerá um membro para a formação do “Conselho de Ética da ACERT ”.

§ A comissão de ética deverá ser aprovada pela assembléia geral para um período de um ano, podendo ser reeleita uma vez.

Artigo XVII

O conselho de ética terá como objetivo geral observar para que a ética esteja presente em todas as relações, entre os associados e destes com os consumidores.

§ Único Os objetivos específicos do Conselho de ética serão delineados no regime interno.

Capítulo VII

As Agroindústrias

Os sócios da ACERT poderão adquirir produtos de terceiros para a industrialização desde que este produtor receba o acompanhamento técnico do centro ecológico e mediante a supervisão dos membros do “ Conselho de ética da ACERT” que deverão juntamente com o técnico do Centro Ecológico autorizar por escrito que o produto cumpre as recomendações técnicas.

§ Único : Na medida do possível as Agroindústrias darão prioridade para os produtos de outros grupos organizados que pratiquem a agricultura ecológica.

Capítulo VIII

Disposições Transitórias

Artigo XIX

A ACERT não poderá ser dissolvida, encampada ou incorporada a outra entidade se não por resolução da assembléia geral, convocada extraordinariamente para esse fim.

§ Único Em caso de dissolução, a assembléia geral destinará o patrimônio a outra ou outras instituições com finalidades, objetivos e características semelhantes.

Artigo XX

Os casos Omissos neste estatuto serão resolvidos pela assembléia geral.

Artigo XXI

Todas as funções da Coordenação serão exercidas gratuitamente.

§ Único As exceções constam no regimento interno.

Artigo XXII O presente estatuto entrará em vigor após sua aprovação pela Assembléia geral extraordinária e revogadas as disposições em contrario.

Dom Pedro de Alcântara, 11 de abril de 2000.